

VIVER LISBOA



VIVER LISBOA
2025-2029

PROGRAMA
DE GOVERNO
DA CIDADE

Caras e caros lisboetas,

Apresento-me a vós com humildade e determinação: sou candidata à Presidência da Câmara Municipal de Lisboa e acredito que a nossa cidade pode ser mais próspera e justa, mais inclusiva e democrática e mais saudável e sustentável. Lisboa é uma cidade única, feita de bairros e comunidades, de história e inovação, de diversidade e de futuro. Mas é também uma cidade onde demasiadas pessoas vivem com medo de não conseguir pagar a renda, onde o trânsito e a degradação do espaço público ainda marcam o dia a dia.

Acredito que Lisboa pode ser melhor. Uma cidade que valoriza o conhecimento, onde os jovens conseguem encontrar casa sem hipotecar o futuro, onde os idosos vivem com dignidade e proximidade dos serviços de saúde, onde o transporte público é gratuito, eficiente e confortável, e onde andar a pé ou de bicicleta é seguro e atrativo. Uma cidade com ruas limpas, mais árvores, mais sombra e mais espaços de encontro. Uma cidade onde ninguém é deixado para trás.

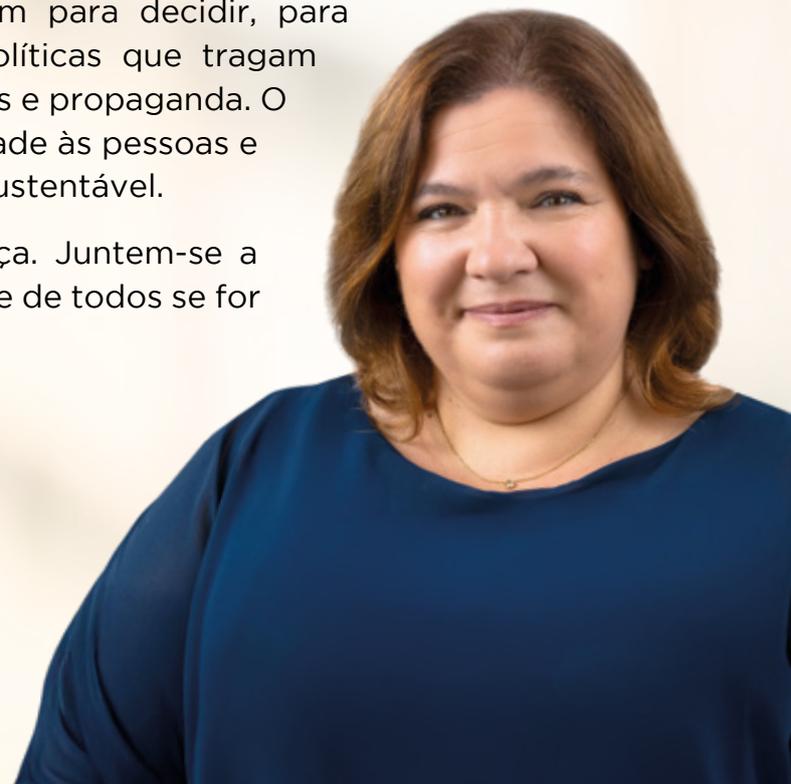
É por isso que apresento, com a coligação **VIVER LISBOA**, um programa ambicioso e realista, centrado nas pessoas. Queremos, no longo prazo, garantir 20% de habitação pública. Para isso, é fundamental retomar as operações do programa de renda acessível, recuperar os edifícios devolutos e criar uma verdadeira rede de bairros completos, com escolas, creches, cultura e comércio local a poucos minutos de cada um de nós. Vamos investir na transição ecológica e energética, acelerar a descarbonização e tornar Lisboa uma capital verde europeia de referência. Vamos reforçar a participação cidadã, aproximar a Câmara das pessoas, apoiar o associativismo e valorizar a ciência e a cultura como bem comum.

Lisboa precisa de liderança com coragem para decidir, para cuidar e para transformar. Precisa de políticas que tragam soluções concretas e não apenas promessas e propaganda. O nosso compromisso é claro: devolver a cidade às pessoas e construir, juntos, uma Lisboa justa, viva e sustentável.

Convido-vos a serem parte desta mudança. Juntem-se a nós, porque Lisboa só será verdadeiramente de todos se for construída por todos.

Com amizade e confiança,

Alexandra Leitão



ÍNDICE

1.ª Missão: VIVER LISBOA: priorizar a Habitação, melhorar o Urbanismo	7
Eixo 1: Habitação	7
1. Aumento da Oferta de Habitação Acessível	8
2. Incentivos ao Investimento Privado Responsável em Habitação Acessível	9
3. Reabilitação Urbana: recuperar o património devoluto e degradado	9
4. Apoiar a Criação de Cooperativas de Habitação de Propriedade Coletiva	10
5. Melhorar as Respostas Segmentadas e de emergência	10
6. Conter a Especulação e Reduzir a Pressão Turística	11
Eixo 2: Urbanismo	12
1. Planeamento Urbano Sustentável e Inclusivo: Um Novo PDM para a Habitação	12
2. Transparência, Participação e Eficiência	15
2.ª Missão: VIVER LISBOA, com Qualidade de Vida	17
Eixo 1: Bairros e Proximidade	17
Eixo 2: Saúde e Desporto	19
1. Saúde	19
2. Desporto	21
Eixo 3: Espaço Público	22
Eixo 4: Higiene Urbana	24
Eixo 5: Segurança Urbana e Proteção Civil	26
1. Segurança Urbana	26
2. Proteção Civil	27
Eixo 6: Bem-Estar Animal	28
3.ª Missão: VIVER LISBOA com Democracia, Comunidade e Inclusão	31
Eixo 1: Reforçar a Participação Cidadã	31
Eixo 2: Governança Aberta, Transparente e de Proximidade	32
Eixo 3: Inclusão Social, Direitos Sociais e Ação Comunitária	33
Eixo 4: Democracia Associativa	37
Eixo 5: Assembleia Municipal	38
4.ª Missão: VIVER LISBOA: facilitar a mobilidade, melhorar o ambiente	39
Eixo 1: Transportes Públicos para Todos	39
1. Transporte público acessível:	40
2. Reforço significativo da oferta de transporte público:	40
3. Trazer o Elétrico de volta	41
4. Melhorar e não falhar com o básico	42
5. Táxi, peça central do transporte público de Lisboa	43
6. Alta Velocidade, Nova Travessia sobre o Tejo, Novo Aeroporto: Lisboa tem de proteger os Lisboetas	44
Eixo 2: Mobilidade Ciclável	45
Eixo 3: Segurança Rodoviária	46
1. Garantir uma política coerente de estacionamento, libertar o espaço público	47
2. Visão Zero – Zero Mortes nas ruas e avenidas da cidade:	48
Eixo 4: Transição Ecológica e Energia	48
1. Medidas rápidas e eficientes na promoção da descarbonização:	49
2. Estar à altura da herança da Capital Verde, mobilizar e acelerar a transição	49

5.ª Missão: VIVER LISBOA, Cidade do Conhecimento e da Criatividade	55
Eixo 1: Lisboa, Cidade da Aprendizagem.....	55
1. Rede educativa acessível e inclusiva	56
2. Parque escolar moderno e sustentável	57
3. Valorização dos profissionais e equipas educativas.....	57
4. Inclusão e combate ao insucesso.....	58
5. Escola aberta e enriquecimento educativo	59
Eixo 2: Lisboa, Cidade do Conhecimento.....	59
1. Ciência na Cidade.....	60
2. Ciência para Todas e Todos: Educação Científica em Qualquer Idade	61
3. Uma Lisboa que Atrai Talento e Valoriza o Saber	62
Eixo 3: Lisboa, Cidade da Cultura.....	62
1. Cultura, Democracia e Direitos Culturais	63
2. Reconhecimento dos Profissionais da Cultura.....	64
3. Formação e Criação de Públicos	65
4. Espaços de Memória, Conhecimento e Leitura	66
5. Património Artístico e Cultural	66
6.ª Missão: Uma economia para VIVER LISBOA	67
Eixo 1: um turismo regulado, equilibrado e descentralizado.....	67
1. Gestão equilibrada do turismo	68
2. Reorientação dos benefícios do turismo	68
Eixo 2: valorização do comércio local, fator de identidade e vitalidade urbana.....	69
1. Valorizar e modernizar o comércio local	69
2. Vida noturna equilibrada e responsável.....	70
Eixo 3: Investimento em setores inovadores e sustentáveis.....	71
1. Lisboa cidade de inovação e empreendedorismo	71
2. Economia verde, circular e do mar	73
3. Democracia Económica e Economia Solidária	73
7.ª Missão: VIVER LISBOA com Futuro Digital, mais proximidade e melhor governação	75
Eixo 1: Transição digital democrática e inclusão digital.....	75
1. Estratégia Digital	75
2. Literacia e inclusão digital.....	76
3. Inteligência artificial	76
Eixo 2: Garantir atendimento municipal para todos, e serviços digitais acessíveis	77
Eixo 3: Uma nova Governação para a Cidade, retomando uma política de contas certas.....	78
Eixo 4: Transparência e integridade públicas.....	79
Eixo 5: Relação da câmara com freguesias e com a Área Metropolitana.....	80
Eixo 6: Relações internacionais	81

1.ª Missão: VIVER LISBOA: priorizar a Habitação, melhorar o Urbanismo

A habitação é um direito fundamental consagrado na Constituição. O mercado deixou de oferecer **soluções para a maioria da população residente, incluindo as classes médias**. Se no passado as políticas de habitação foram mais dirigidas à erradicação das barracas, a nova geração de políticas de habitação tem de ser dirigida para grupos populacionais mais alargados, **dando resposta também às famílias de classe média** que queiram estabelecer-se e ajudar a construir a cidade. Lisboa precisa de uma **política pública de habitação robusta e transparente**, com metas claras, planeamento urbano coerente e regras estáveis. A nossa proposta é uma **política equilibrada**, que combina o reforço da habitação pública com a mobilização do setor privado e da economia social, garantindo que todos contribuem para uma cidade mais justa e acessível. Precisamos de garantir habitação digna para todos e um urbanismo inclusivo, sustentável e transparente. O objetivo é aumentar a oferta habitacional, orientar o desenvolvimento urbano para o bem comum e travar a especulação. Queremos **bairros integrados, mercados de arrendamento estáveis e preços comportáveis**, com um ordenamento do território que responda às necessidades atuais e futuras — **com participação cidadã, dados abertos e equidade territorial**.

Em 2021, cerca de 15% do parque habitacional encontrava-se devoluto e 9% das casas eram usadas apenas como residências secundárias ou sazonais. No entanto, entre 2021 e 2024, o valor mediano de um T2 com 80m² aumentou 25% e a renda mediana subiu 42%, de acordo com o INE. Em 2025, a construção nova continua quase exclusivamente orientada para um segmento de gama alta, com um valor mediano de venda de 5.044 euros por m², muito acima das possibilidades da esmagadora maioria das famílias que vivem e trabalham em Lisboa.

Eixo 1: Habitação

A habitação é o maior desafio que Lisboa enfrenta. Rendas incomportáveis, terrenos e casas devolutas e um parque público reduzido estão a expulsar jovens, famílias e trabalhadores essenciais da cidade. A falta de casa acessível compromete a qualidade de vida, a coesão social e o futuro da cidade.

Por isso, fazemos da habitação a nossa primeira prioridade: garantir mais oferta acessível e alargar progressivamente o parque público até 20% no longo prazo, recuperar edifícios e fogos vazios, melhorar as respostas de emergência e conter a especulação e a pressão turística. Habitar Lisboa tem de ser um direito, não um privilégio.

1. Aumento da Oferta de Habitação Acessível

Lisboa precisa de mais casas com rendas compatíveis com os rendimentos das famílias. Para fixar jovens, apoiar trabalhadores essenciais e garantir estabilidade às comunidades, é urgente aumentar rapidamente a oferta pública e acessível. Esta é a base de uma política de habitação justa e sustentável. Para o mandato 2025-2029 temos a ambição de lançar a construção 4500 novos fogos e instar o Governo, no âmbito das suas competências, a construir outros 1500. Para isso propomos:

- **Rever a Carta Municipal de Habitação** e aumentar o potencial identificado para a década dos 9.000 para os **11.500 fogos**, reforçando o objetivo da **construção nova em 2500 casas** (das atuais 7500 para 10000).
- **Desbloquear já as operações de renda acessível que ficaram paradas no último mandato** no Restelo, Ajuda, Benfica, S. Domingos de Benfica, Marvila, Parque das Nações, Penha de França/Vale de Santo António, Arroios (Gomes Freire e Paço da Rainha), Bairro Alto (Quarteirão d'A Capital), São Lázaro, Olaias, Campolide e Lumiar e lançar novas operações em solo municipal (ex: Vale de Santo António, Alta de Lisboa).
- **Reabilitar em profundidade os bairros municipais**, intervindo no edificado existente para a melhoria da eficiência energética e garantindo o pleno funcionamento dos elevadores (sendo dada prioridade a um programa para a sua manutenção e substituição, procurando garantir a segurança e autonomia de todos os moradores), valorizando o espaço público, garantindo acessibilidade universal, aumentando a oferta de habitação, dotando os bairros de equipamentos-âncora e garantindo a sua relação com a cidade consolidada.
- **Reforçar o Programa Municipal de Renda Acessível**, conferindo-lhe escala e previsibilidade, recorrendo, em solo municipal, ao **direito de superfície de longo prazo** para cooperativas, IPSS e modelos *build-to-rent* de arrendamento acessível, com rendas definidas e cláusulas anti-especulação, bem como a promoção pública direta e parcerias com o setor privado, sempre com **cadernos de encargos sociais claros e monitorizáveis**.
- **Promover construção modular e industrializada**, para encurtar prazos e reduzir custos, mantendo qualidade e eficiência energética, designadamente através de pilotos em solo municipal, antes de escalar, replicando as experiências de sucesso em Entrecampos, no Vale Formoso e em Benfica.

2. Incentivos ao Investimento Privado Responsável em Habitação Acessível

Lisboa precisa de todos para vencer a crise habitacional e o município deve apoiar quem contribui para uma cidade mais justa e acessível. Por isso propomos incentivos ao investimento privado responsável em habitação acessível:

- **Redução significativa das taxas e dos impostos municipais** para projetos de habitação a custos controlados e arrendamento a preços acessíveis.
- Condições mais favoráveis para quem converta Alojamento Local em arrendamento de longa duração a preços acessíveis, designadamente **isenção de IMI**.
- **Conceder uma majoração da área de edificação** como contrapartida para projetos que garantam pelo menos 25% da nova construção ou reabilitação em regime de arrendamento acessível.
- Promover a negociação de condições mais vantajosas, nomeadamente através da redução de taxas ou impostos municipais e acompanhamento dedicado dos processos de licenciamento, nos processos de licenciamento para projetos que assumam a afetação integral da nova construção ou reabilitação a habitação de custos controlados ou arrendamento acessível.
- Defender, junto dos órgãos com poder legislativo, a redução da obrigatoriedade de construção de lugares de estacionamento em novos empreendimentos de habitação acessível, consoante a cobertura de transportes públicos e mobilidade suave na área dos projetos.

3. Reabilitação Urbana: recuperar o património devoluto e degradado

Lisboa não pode tolerar milhares de terrenos, casas e edifícios vazios, enquanto tantas famílias procuram um lar. Reabilitar o património devoluto é devolver vida à cidade, travar a especulação e transformar desperdício em habitação acessível e em novos espaços comunitários. A prioridade é clara: **mapear, intervir e pôr em uso**, envolvendo os agentes públicos e privados. Para isso propomos:

- Concluir o levantamento exaustivo de terrenos e imóveis abandonados.
- Exercer o **direito de preferência municipal**, de forma estratégica e transparente, designadamente quando estejam em causa imóveis críticos para projetos de habitação acessível.

- Em situações extremas, aplicar **obras coercivas previstas na lei**, nomeadamente nas situações de risco de derrocada, sempre como último recurso e com tratamento justo dos proprietários.
- Criar programas como a **“Linha Novas Raízes”** (cedência de imóveis municipais devolutos a cooperativas e associações, com apoio técnico) e a **“Linha Partilha e Reabilita”** (apoio a heranças indivisas para pôr imóveis em uso).
- Criar o Fundo Municipal de Reabilitação, financiado pelo **IMI agravado sobre devolutos** e por receitas de mais-valias urbanísticas, com prioridade na melhoria do desempenho energético, da acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada e da resistência sísmica.

4. Apoiar a Criação de Cooperativas de Habitação

Lisboa precisa de cooperativas de habitação fortes. É hora de mobilizar terrenos públicos, lançar projetos e garantir financiamento acessível para transformar esta alternativa em resposta real à crise. Propomos:

- Estabelecer **parcerias com cooperativas de habitação**, para promover mais construção ou reabilitação.
- Lançar concursos para grandes projetos de habitação cooperativa (mínimo 80-100 fogos), aproveitando terrenos e edifícios devolutos do Estado e do Município, dando-lhes um uso alinhado com as necessidades habitacionais atuais.
- Promover a negociação de condições de financiamento mais vantajosas e acessíveis.

5. Melhorar as Respostas Segmentadas e de emergência

Lisboa tem de garantir soluções de habitação para quem aqui estuda, trabalha e inicia a sua vida. Residências universitárias, alojamento para profissionais essenciais, concursos para jovens e respostas de emergência são medidas centrais para segurar a cidade e o seu futuro. Por isso, propomos:

- Expandir a oferta de residências **estudantis públicas**, em parceria com instituições de ensino superior e uma bolsa de camas com renda regulada.

- Procurar assegurar condições de habitação ou alojamento para trabalhadores (ex.: professores, enfermeiros e agentes ou militares de forças e serviços de segurança), com vista a garantir o funcionamento de serviços imprescindíveis. O esforço de financiamento deve ser realizado em parceria com o Estado e incluir a utilização de fogos cujos proprietários pretendam reconverter de Alojamento Local para este fim.
- Criar concursos direcionados para **jovens e famílias em início de vida** no âmbito do Programa de Renda Acessível.
- Expandir as respostas de emergência com recurso aos fogos municipais e núcleos provisórios integrados na cidade, bem como com mobilização de edifícios devolutos do Estado.
- Apostar na **habitação incremental**: infraestruturação de terrenos pelo município e apoiando construção assistida com projetos-tipo e apoio técnico.

6. Conter a Especulação e Reduzir a Pressão Turística

Lisboa precisa de regras claras para equilibrar habitação e turismo. Isso significa desincentivar a retenção especulativa, limitar o alojamento local e reforçar a fiscalização, garantindo que as casas servem primeiro quem vive na cidade. Para isso propomos:

- Rever e atualizar o Regulamento Municipal de Alojamento Local, mantendo e reforçando zonas de contenção e definindo um rácio de cidade não superior a 5%.
- Por forma a salvaguardar as condições de habitabilidade, **restringir possibilidade de instalação de novos estabelecimentos de alojamento local em edifícios residenciais.**
- Aplicar de forma eficiente o agravamento máximo de IMI previsto na lei, como **desincentivo à retenção especulativa**, e defender a nível nacional uma **taxa progressiva, em função do tempo, para casas devolutas, exceto quanto a habitações secundárias.**
- Proibir a instalação de cofres de chaves associados ao Alojamento Local em espaços públicos ou fachadas de edifícios. Impedir a conversão de edifícios habitacionais em usos turísticos.
- Reforçar os meios humanos e técnicos da fiscalização, com monitorização permanente de plataformas online e mecanismos de denúncia de alojamentos

ilegais ou em situação de incumprimento, garantindo justiça para os operadores que cumprem a lei e penalizando quem atua à margem dela.

Eixo 2: Urbanismo

O futuro de Lisboa decide-se no modo como planeamos a cidade. É preciso uma nova visão de cidade para responder aos problemas urbanos, à crise habitacional e aos desafios climáticos e sociais. Precisamos de um urbanismo que promova a democracia, a coesão social, bairros inclusivos, funcionais, e resilientes às alterações climáticas e aos riscos sísmicos. Lisboa tem um considerável número de vazios urbanos, terrenos devolutos, de que precisamos para responder à crise habitacional, à consolidação dos bairros e ao desenvolvimento da cidade. Cada projeto deve servir o bem comum, com participação cidadã, transparência e equilíbrio entre habitação, serviços, mobilidade e espaço público.

1. Planeamento Urbano Sustentável e Inclusivo: Um Novo PDM para a Habitação

É inequívoca a necessidade de um novo Plano Diretor Municipal de Lisboa. Um instrumento já com mais de uma década, cujos trabalhos de preparação se iniciaram há mais de duas décadas, não pode refletir os desafios atuais da cidade. Este é o mandato em que Lisboa aprovará um novo Plano Diretor Municipal, que prioriza quem quer morar e trabalhar em Lisboa, com a habitação no centro do desenvolvimento da cidade, na construção de uma cidade sustentável e na integração de bairros e comunidades. Para isso propomos:

- Iniciar um processo de **Planeamento Estratégico Lisboa 2050**.
- **Um Plano Diretor Municipal novo**, com visão clara: crescimento sustentável, coesão social e equilíbrio ambiental. Será um processo participativo, envolvendo freguesias, associações, instituições de ensino superior e setor privado.
- Um PDM que promova e proteja o uso habitacional e o zonamento inclusivo, condicionando as operações urbanísticas à afetação de pelo menos 20% da nova construção a habitação acessível.
- Um PDM que garanta **mais e melhor desenho urbano**, mistura de usos, bairros inclusivos e diversificados e um regresso ao quarteirão como morfologia preferencial por combinar densidade com escala humana. Promover a interligação entre desenvolvimento urbano, regeneração da cidade e reordenamento do espaço público nos eixos servidos por transporte público. Cada bairro terá praças,

ruas pedonais, árvores e sombra. Planos de bairro participativos vão envolver moradores na definição de prioridades.

- Um PDM que valorize a **Estrutura Ecológica** na resposta aos fenómenos extremos e na adaptação às alterações climáticas, reforçando a infraestrutura verde, concretizando os Corredores Ecológicos Estruturantes, que irradiam do Parque Florestal de Monsanto, interligando-os com a Frente Ribeirinha, através Vale de Alcântara e, através de um arco periférico, com o Vale de Chelas e com a Rede Ecológica Metropolitana. Pretende-se uma Estrutura Ecológica diversa, que combine as funções de recreio e de produção, reforçando, designadamente, a rede de Parques Hortícolas, e que valorize os elementos patrimoniais da Cidade, através da manutenção dos Espaços Verdes Históricos, da recuperação de antigas azinhagas, antigas quintas e da valorização dos miradouros, bem como do tecido urbano como um todo, através da requalificação do espaço público.
- Um PDM que promova a **permeabilidade de solos** e a **infiltração da água no solo**, na promoção da vegetação de partes comuns, no reforço da arborização e da sombra, bem como a renaturalização dos logradouros, para reduzir o risco, mitigar o efeito dos fenómenos climáticos extremos e retardar o efeito das inundações e combata o efeito da ilha de calor urbano, baixando as temperaturas do ar, particularmente em períodos críticos de ondas de calor.
- Um PDM que promova a eficiência energética e o conforto térmico, a reutilização de materiais de construção e as energias renováveis.
- Um PDM que dê consistência ao planeamento de Lisboa à escala metropolitana, como Cidade Regional, articulando o Tejo como centralidade da Grande Lisboa e como espaço para a melhoria da vida urbana, na valorização, acesso e fruição pública da Frente Ribeirinha.
- Um PDM que defina **Áreas Estratégicas de desenvolvimento urbano**, de concentração de Terrenos Devolutos, antigas áreas industriais ou de vazios urbanos, onde é possível realizar operações de Planeamento, infraestruturação e construção de áreas verdes, equipamentos de bairro e habitação acessível, como: Vale de Chelas, Alta de Lisboa, Vale de Alcântara, Alto do Restelo/Ajuda, Benfica/Av. Lusíada, Colina de Santana, Vale de Santo António, entre outros.
- Um PDM que inicie um processo de debate inclusivo e participativo, para discutir o futuro dos terrenos do Aeroporto Humberto Delgado, envolvendo instituições, cidadãos, especialistas, instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil.

- Um PDM que promova a coesão social e territorial da Cidade, que enquadre a regeneração urbana dos bairros com tecidos degradados ou desestruturados ou que apresentem vulnerabilidades de ordem social, de segurança, de acesso aos equipamentos coletivos, espaços verdes, comércio e serviços, bem como aos transportes coletivos.
- Um PDM que defina um **sistema de mobilidade** articulado à escala metropolitana e com visão integrada em Lisboa, com projetos de interligação de transportes e criação de novas centralidades da cidade, regenerando **eixos de transporte público da cidade**, reordenando o espaço público de todos os bairros ligados por rede pedonal, ciclável e de transporte público.
- Um PDM que incorpore o estudo e a avaliação da vulnerabilidade sísmica dos solos da cidade e a aplicação das melhores práticas do programa ReSist, **para o reforço sísmico** em operações de reabilitação de edifícios, enquadrando um sistema de certificação sísmica do edificado novo e reabilitado.
- Um PDM que incorpore o conhecimento sobre a vulnerabilidade da Cidade à dinâmica das alterações climáticas e desenhe medidas de adaptação progressiva do território.
- Um PDM que limite usos turísticos em zonas saturadas, impedindo a conversão de edifícios habitacionais em usos turísticos, garantindo equilíbrio entre visitantes e residentes. Até à revisão do PDM será analisada a ocupação hoteleira atual e serão estabelecidas medidas preventivas, incluindo uma moratória a novos hotéis.
- Um PDM que promova a proteção do comércio local e, em particular do comércio com história, enquanto elemento fundamental para a vivência e a identidade dos bairros.
- Um PDM que promova a multifuncionalidade do tecido urbano, equilibrando fluxos urbanos, entre as funções de residência, trabalho e estudo. Ajudando a consolidar uma rede de bairros funcionais – **Uma Cidade em cada Bairro** –, onde todos têm perto de casa escola, saúde, comércio, cultura e espaços verdes. Cada projeto urbano seguirá esta regra de proximidade.
- Um PDM que promova a revisão da **Carta Municipal de Património**, com clarificação das regras de intervenção, para mitigar riscos de desaparecimento do nosso património histórico.

2. Transparência, Participação e Eficiência

É necessário dar continuidade ao trabalho iniciado, ainda em 2020, de monitorizar todos os processos urbanísticos, melhorar continuamente os processos e, principalmente, eliminar qualquer causa de suspeita sobre o licenciamento urbanístico. Para tal, propomos:

- **Promover a participação nos grandes projetos urbanísticos**, através de sessões públicas, que darão voz aos cidadãos antes das decisões finais.
- **Incrementar o apoio às comissões e administração conjunta das AUGI** (áreas urbanas de génese ilegal), com vista à conclusão célere dos respetivos processos de reconversão.
- **Concluir os processos de regularização dos bairros ex-SAAL** e lançar a operação de reabilitação do Bairro Portugal Novo.
- **Prevenir e combater a corrupção e combater a burocracia**, reforçando auditorias, códigos de conduta e rotação de dirigentes, bem como a digitalização total de processos, para acelerar decisões, reduzir arbitrariedades e garantir a rastreabilidade.
- Tornar mais eficientes os procedimentos de licenciamento urbanístico, através da elaboração de **manuais de boas práticas** que servem de guias aos técnicos municipais e aos projetistas, para tornar esses procedimentos mais transparentes, ágeis e céleres, utilizando, para tal, ferramentas digitais e de inteligência artificial.
- Disponibilizar todos os instrumentos de Planeamento, Planos Urbanos e de Pormenor, Estratégias, Estudos e Loteamentos em Sistemas de Informação Geográfica, com todos os seus elementos constituintes para consulta livre.
- **Criar um portal** com os indicadores principais de atividade do urbanismo da cidade, que permita recolher indicadores de mercado, desempenho da CML no licenciamento e evolução e natureza dos projetos licenciados.
- **Apoiar os cidadãos e pequenas empresas**, através de balcões técnicos de apoio a moradores e pequenos empresários, garantindo que o urbanismo é de todos.
- Criar processos de licenciamento simplificado para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, para IPSS e para a Economia Social.

2.ª Missão: VIVER LISBOA, com Qualidade de Vida

Viver com qualidade em Lisboa deve ser um direito de todos. A cidade precisa de políticas que garantam habitação acessível, bairros vivos e dinâmicos, espaços públicos seguros e limpos, e serviços próximos das pessoas. Mas hoje, os altos custos da habitação, a precariedade laboral, a fragilidade das redes comunitárias e de vizinhança têm aumentado as desigualdades e a solidão, e diminuído as esperanças de futuro de muitos lisboetas.

Na verdade, a busca do bem-estar e da qualidade de vida não deve ser vista como mero paliativo de uma cidade exigente e desigual. A busca da qualidade de vida para todos os cidadãos é um programa de futuro e de progresso. De garantia de direitos, de desenvolvimento urbano, de fomento económico, de dinamismo comunitário, de compromisso cívico.

As medidas propostas contam, por conseguinte, colocar a qualidade do dia-a-dia das pessoas no centro das decisões: casas compatíveis com os rendimentos, creches e escolas acessíveis, apoios sociais eficazes, espaços públicos e verdes de qualidade e bairros completos, onde se viva com dignidade e em proximidade. Para tal, o programa organiza-se em seis eixos — bairros e proximidade, saúde e desporto, espaço público, higiene urbana, segurança e proteção civil, e bem-estar animal — para se construir uma Lisboa mais justa, mais coesa, e assim verdadeiramente com futuro.

Eixo 1: Uma Política de Bairros e de Proximidade

A cidade constrói-se e cuida-se a partir de cada bairro, respeitando as suas identidades próprias. Nos últimos anos, muitas redes informais de apoio, cultura e solidariedade de base local foram desvalorizadas ou perdidas, aumentando o isolamento e a desigualdade entre freguesias. Apostar na proximidade significa valorizar as comunidades locais, proteger o património do quotidiano e reduzir desequilíbrios territoriais, garantindo qualidade de vida em todos os bairros e uma cidade coesa. Para isso, propomos medidas que reforçam a governação de proximidade, a dinâmica comunitária e a economia local em cada freguesia. Propomos:

- **Criar uma Rede de centros cívicos e culturais**, através de uma estratégia integrada e colaboração plena com as juntas de freguesia, bem como com os múltiplos agentes culturais, sociais e económicos da cidade. Espaços dignos

e de proximidade, de atração de iniciativas e propostas variadas, de âmbito e uso plenamente intergeracionais, que acolham atividades educativas, culturais, económicas, de cidadania e ainda serviços de proximidade - assim interligando-se plenamente na vida quotidiana de cada bairro/freguesia, e potenciando a aproximação dos cidadãos aos seus bairros e à cidade. A rede deve contar com múltiplos equipamentos e infraestruturas já existentes na cidade - bibliotecas, teatros, escolas, associações culturais e recreativas (que devem ser apoiadas) - mas também, a médio prazo, com novos centros e mesmo edifícios públicos sem utilização.

- **Expandir a toda a cidade a lógica do programa BIP/ZIP** (Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária), transformando-o num Plano de Bairros abrangente e dando maior estabilidade ao programa, por forma a que os projetos apoiados possam ter previsibilidade e plurianualidade, sem prejuízo da monitorização e acompanhamento dos projetos. Não obstante este alargamento, os bairros mais vulneráveis deverão manter-se em âmbito prioritário.
- Lançar projetos-piloto de **Distritos de Energia Positiva** (PED) em Lisboa. Inspirados nas melhores práticas europeias, estes distritos ou quarteirões passarão a produzir mais energia renovável do que aquela que consomem anualmente, combinando painéis solares em edifícios eficientes, armazenamento de energia, mobilidade elétrica e redes inteligentes de partilha.
- Disponibilizar espaços de trabalho partilhado (**co-working de bairro**) a preços acessíveis em equipamentos municipais existentes - bibliotecas, centros de juventude, polos culturais - adaptando-os para acolher trabalhadores independentes e empreendedores locais.
- **Lançar o Programa Nosso Quarteirão:** Incentivar os vizinhos a tomarem voluntariamente em mãos a melhoria do seu quarteirão. Criaremos um programa municipal de apoio à constituição de comunidades de vizinhança - associações de moradores a nível de quarteirão ou ilhéu urbano - para a cogestão dos espaços comuns, em especial os logradouros interiores de quarteirão que hoje estão abandonados ou subaproveitados, sem prejuízo das responsabilidades dos órgãos municipais e das freguesias.
- **Criar um programa de acupuntura urbana:** de base participativa, onde as comunidades elegem pequenas intervenções de melhoria dos espaços públicos, de reabilitação de equipamentos coletivos ou de melhoria da mobilidade suave.

Eixo 2: Saúde e Desporto: Uma Vida Mais Saudável

A promoção da saúde é uma das nossas principais prioridades. Na região de Lisboa e Vale do Tejo, quase 30% da população inscrita continua sem médico de família, uma situação que se agravou no último ano. São mais de 1 milhão e 100 mil utentes sem acompanhamento regular no Centro de Saúde. A transferência de competências de gestão dos centros de saúde para as autarquias representa uma oportunidade fundamental para construir uma cidade mais saudável. Essa transformação começa na promoção de estilos de vida equilibrados e de um ambiente salutar, no dia a dia, e para todas as idades. Concretiza-se na oferta de serviços de saúde, na melhoria da alimentação nas escolas, no incentivo à prática regular de atividade física, no reforço da segurança rodoviária e na criação de espaços verdes acessíveis. Este eixo apresenta medidas para aproximar os cuidados de saúde primários da população, reforçar a resposta municipal em saúde pública e promover o desporto para todos, articulando-se com outros eixos que defendem uma política de saúde integrada, baseada na prevenção, proximidade e inclusão.

1. Saúde Plena

Lisboa necessita de melhores equipamentos e de uma estratégia clara, em estreita cooperação com o SNS, para garantir cuidados de qualidade, apoiar os profissionais e reforçar o apoio domiciliário. Com a transferência de competências para as autarquias, torna-se essencial que a CML assuma um papel ativo na rede de Centros de Saúde e de proximidade. Noutros municípios do País já se obtiveram vários ganhos para a população, através da participação das Câmaras na gestão dos equipamentos de Saúde, mas em Lisboa ainda não. Urge passar à ação! Propomos:

- Avançar com o **processo de descentralização de competências na área da saúde**, assegurando melhores condições de proximidade, quer do ponto de vista da participação dos utentes, numa lógica de proximidade com as autarquias locais, quer do ponto de vista da maior eficiência que tal proximidade traz à manutenção corrente dos edifícios e equipamentos.
- **Recuperar o atraso na construção dos Centros de Saúde de nova geração** (dos 14 planeados, apenas 8 estão em funcionamento) e acelerar a identificação de necessidades, bem como a requalificação dos que já existentes.

- Apoiar a **fixação de profissionais de saúde** e reforçar a contratação de assistentes operacionais, assegurando apoio quer aos centros de saúde, quer domiciliário.
- Rever a **Carta dos Equipamentos de Saúde** em função da nova realidade censitária e da política municipal de habitação.
- Reforçar a cooperação com o SNS para a melhoria das instalações nos cuidados de saúde de proximidade, reavaliando a necessidade de construção de mais unidades de saúde de nova geração (para além das de Parque das Nações, Ribeira Nova e Campo de Ourique, as de Telheiras e Arroios), e promovendo a expansão da rede de cuidados continuados e paliativos.
- Desenvolver a **Estratégia Municipal de Saúde** e um **Plano Municipal de Saúde e qualidade de Vida**, orientador, alicerçado num diagnóstico rigoroso do estado de saúde da população lisboeta. Este plano – elaborado em colaboração com instituições de ensino superior e entidades de saúde pública – irá promover a análise indicadores como incidência de doenças crónicas, saúde mental, determinantes sociais e ambientais da saúde, impactos da poluição, etc., identificando desigualdades intraurbanas.
- Reforçar os **serviços de apoio domiciliário a idosos, doentes crónicos e pessoas com mobilidade reduzida**, em articulação com IPSS e juntas de freguesia, bem como criar uma base de dados partilhada das ofertas sociais existentes no concelho, no âmbito da Rede Social, com vista a que os serviços de saúde melhor possam encaminhar os utentes.
- Depois de vários anos em queda, a taxa de mortalidade infantil cresceu 20% a nível nacional, no último ano. Perante este aumento, iremos criar uma **rede de apoio à Saúde Materna**, com oferta de consultas domiciliárias de cuidados neonatais e de apoio à nutrição e amamentação, asseguradas por profissionais especializados.
- **Contribuir para o reforço das unidades móveis de saúde** (carrinhas de rua) para populações vulneráveis e outros grupos com acesso limitado aos serviços formais. Estas equipas prestarão informação, cuidados de enfermagem e encaminhamento, em articulação com associações locais e unidades de saúde.
- **Estabelecer um fundo municipal complementar para apoiar a aquisição de medicamentos** por famílias de baixos rendimentos, assegurando o acesso a medicamentos essenciais para famílias da classe média-baixa, muitas vezes

excluídas dos apoios do SNS, mas para quem os custos com medicação são cada vez mais pesados.

2. Desporto Para Todas as Idades

Uma Lisboa saudável é uma cidade que se move. Do desporto escolar ao sénior, do treino nos bairros às atividades náuticas no Tejo, queremos garantir equipamentos acessíveis, apoio aos clubes e oportunidades para todas as idades e condições. Para isso, propomos:

- Apoiar a **generalização da atividade física e desporto para todos**, promovendo hábitos saudáveis ao longo da vida, **em cooperação com associações desportivas, estabelecimentos de ensino básico, secundário e superior, bem como, com a iniciativa privada.**
- Cooperar na **qualificação de técnicos, dirigentes e demais agentes do desporto**, valorizando a transição digital sobretudo na área da gestão dos clubes.
- **Desporto para todas as idades:** Promover uma cidade ativa, integrando a prática desportiva no dia a dia das pessoas. Para a população sénior, lançaremos um Programa Municipal de Atividade Física específico: aulas regulares de ginástica, dança, natação ou caminhadas em grupo, gratuitas ou a custo simbólico, organizadas nos centros de dia, parques e piscinas municipais.
- Rever e executar a **Carta Municipal de Desporto**, atualizando o planeamento das instalações desportivas da cidade e colmatando carências identificadas e investindo na reabilitação de equipamentos desportivos de proximidade.
- Incluir no **âmbito do programa de requalificação do espaço público dos bairros municipais equipamentos desportivos e campos de jogo informais.**
- Criar linhas de apoio para equipamentos desportivos que requeiram manutenção estrutural. Também será fomentado o uso partilhado de recintos desportivos escolares fora do horário (em linha com o programa Escolas Vivas), maximizando a infraestrutura existente.
- **Reforçar a ligação dos jovens de Lisboa ao rio**, promovendo atividades náuticas no âmbito das atividades escolares.
- **Reforçar e modernizar o material desportivo nas escolas, privilegiando a**

multidisciplinariedade e valorizando a prática de jogos tradicionais, incluindo material para desporto adaptado.

- **Alargar a oferta de equipamentos de *street work-out***, melhorando o acesso para todos de equipamentos para um estilo de vida ativo
- **Avaliar a construção de novos Pavilhões Multidesportivos em Lisboa**, desde um preparado para eventos de maior dimensão, a colmatar a carência em freguesias de Lisboa como seja Campo de Ourique, São Domingos de Benfica, Parque das Nações ou Restelo.
- Implementar tarifas sociais e descontos para desempregados, estudantes e seniores nas instalações desportivas municipais, para que questões económicas não sejam barreira à atividade física.
- Reforço da prática de desporto adaptado na cidade, aumentando os equipamentos adaptados.
- Criar um projeto de apoio aos clubes para a aquisição de viaturas e melhoramentos nas instalações desportivas (medidas de autoproteção).
- Criar um programa de utilização pela comunidade para utilizarem os pavilhões escolares em horário noturno e fins de semana.
- Reforçar a rede de parques de *street work-out* e de calistenia, criando um projeto-piloto de ensino destas modalidades, com vista a autonomizar os praticantes e promover ganhos em saúde, bem como promover a experimentação das modalidades, quer nas escolas, quer para séniores.

Eixo 3: Espaço Público de Qualidade em Toda a Cidade

O espaço público é o palco da vida comum urbana – é onde caminhamos, descansamos, cuidamos, convivemos e celebramos coletivamente. Uma Lisboa com qualidade de vida precisa de espaços públicos verdes, acessíveis e acolhedores, assim como de políticas ecológicas robustas que enfrentem a emergência climática. Este eixo apresenta medidas para tornar o espaço público da cidade – que se encontra muito maltratado – qualificado e amigo dos cidadãos, através de ações de melhoria e qualificação, da integração da mobilidade acessível e sustentável para todas as pessoas, e da plena melhoria do ambiente urbano. Propomos:

- Implementar o programa **Veredas de Lisboa**, um **programa participativo de arborização e renaturalização das ruas da cidade**, em todas as freguesias. As pessoas escolherão a rua da sua freguesia e as soluções a implementar, orientadas para a renaturalização e arborização, criando percursos pedonais seguros, acessíveis e sombreados, com árvores, pérgulas e zonas de descanso, que funcionem também como áreas de infiltração para mitigação de cheias e como novos corredores verdes lineares que ligam entre si os principais eixos estruturantes da cidade.
- Adotar metas ambiciosas de arborização e acesso a áreas verdes, inspiradas no princípio **3-30-300**. O objetivo é garantir que cada pessoa consiga ver pelo menos 3 árvores da sua casa, que cada freguesia tenha 30% de cobertura arbórea e que haja um espaço verde a menos de 300 metros de qualquer residência.
- **Reforçar a manutenção de espaços verdes:** Reforçar a manutenção dos espaços verdes, assegurando uma cobertura uniforme e adequada em todas as áreas da cidade. Avaliaremos pontualmente necessidades de ajuste na distribuição de responsabilidades entre o Município e as freguesias na gestão dos espaços verdes de proximidade, para garantir que nenhum jardim fica ao abandono.
- Criar uma **Rede de Refúgios Climáticos** – identificar e equipar espaços públicos (bibliotecas, pavilhões, centros de dia) e espaços ao ar livre com abundante sombra e água (parques com fontes ou nebulizadores) para servirem de abrigo durante ondas de calor.
- Reforçar o programa de **arborização urbana**, priorizando as espécies resilientes à seca e as zonas da cidade com menor cobertura verde (em complementaridade com a iniciativa 3-30-300).
- Em paralelo, **elaborar planos de gestão da manutenção de todos os espaços verdes no prazo de um ano, implementando de imediato o Plano de Gestão Florestal do Parque Florestal de Monsanto, atualizando o Regulamento Municipal do Arvoredo de Lisboa, e revertendo a degradação visível em parques emblemáticos.**
- **Paralelamente, instalar 200 novos bebedouros públicos por toda a cidade**, assegurando acesso gratuito a água potável para todas as pessoas (especialmente importante durante vagas de calor).
- **Reforçar do Plano de Acessibilidade Pedonal:** Rever e atualizar o Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa, que tem por objetivo eliminar as barreiras

que à circulação, que são fator de discriminação das pessoas com deficiência e prejudicam a autonomia, segurança e conforto de muitos mais lisboetas, nomeadamente idosos, crianças, e outras pessoas com mobilidade condicionada.

- **Todos somos peões:** dar prioridade ao peão, fazendo uma forte aposta:
 - na melhoria da experiência pedonal na cidade;
 - na promoção da mobilidade universal, adaptando o espaço público para utilização dos mais velhos, dos mais novos e dos portadores de deficiência;
 - na segurança e conforto nos atravessamentos pedonais;
 - na implementação de medidas de acalmia de tráfego, designadamente **zonas 30**, nos bairros residenciais e na proximidade das escolas;
 - no lançamento da iniciativa “Lisboa Acessível”: um programa para eliminar pontos negros de falta de acessibilidade pedonal.
- Criar mais **zonas de encontro e ruas pedonais:** em cada freguesia, pelo menos uma rua comercial será pedonalizada ao fim de semana (à semelhança do programa “**A Rua é Sua**” que será retomado e expandido), promovendo o lazer comunitário e o comércio local sem carros.
- **Requalificar o eixo Areeiro/Martim Moniz**, avançando com a plena requalificação urbana e paisagística deste eixo vital para a coesão e a vitalidade da cidade, culminando com o Martim Moniz como jardim moderno e de elevada qualidade.

Eixo 4: Higiene Urbana Reforçada e Eficiente

A limpeza da cidade e a gestão inteligente dos resíduos são fundamentais para a qualidade de vida e a saúde pública. Um espaço urbano limpo e bem cuidado melhora o bem-estar dos moradores, o orgulho cívico e até a segurança. Infelizmente, Lisboa tem enfrentado problemas de higiene urbana, com lixo acumulado e contentores a transbordar em diversas zonas. Este eixo apresenta soluções para termos ruas mais limpas, menos resíduos e um ambiente urbano mais cuidado. Para isso, propomos:

- **Reforçar e descentralizar a limpeza**, aumentando os meios humanos e materiais dedicados à limpeza urbana dos eixos sob responsabilidade da Câmara, bem como reforçar a manutenção dos equipamentos. Fomentar igualmente a utilização de água não potável nas operações de lavagem de ruas, aproveitando redes de

águas recicladas para reduzir o consumo de água tratada. Clarificar e reforçar as delegações de competências nas Juntas de Freguesia.

- **Tornar a recolha de resíduos eficiente:** Otimizar os circuitos da recolha de lixo e recicláveis, adaptando-a às dinâmicas de cada zona da cidade, melhorando as rotas de recolha em função de dados de ocupação dos contentores (sensores de enchimento) para acionar recolhas antes que os contentores fiquem cheios e evitar derrames de lixo, ou detetar de forma proativa alguma obstrução dos mesmos.
- Apostar na **recolha de resíduos sete dias por semana** nas zonas da cidade de maior produção de resíduos.
- Expandir e densificar a rede de **ilhas ecológicas subterrâneas** para deposição de resíduos recicláveis e indiferenciados. Adicionalmente, iremos alargar a rede de **oleões** (pontos de recolha de óleos alimentares usados) a todas as freguesias, facilitando o descarte adequado destes resíduos e evitando a contaminação dos esgotos.
- Expandir a **rede de compostores orgânicos** públicos, em particular nos parques hortícolas e nos locais com maior produção de matéria vegetal, assim como pelo serviço de recolha de resíduos alimentares.
- **Lançar o programa Cidade “Lixo Zero”:** Desenvolver campanhas de educação cívica e melhorar a fiscalização para eliminar o *littering* (lixo atirado ao chão) e o despejo ilegal de resíduos. Ao mesmo tempo, dotaremos a Polícia Municipal de mais meios para fiscalizar comportamentos de incivilidade, como falta de recolha de dejetos caninos, inscrições ilegais nas paredes e deposição clandestina de entulho ou móveis nas ruas.
- **Reforçar o stock de contentores de RSU**, para que os pedidos de substituição sejam satisfeitos com celeridade.
- Construir uma **Central de Lavagem de Contentores**.
- Implementar de forma incremental e até ao fim do mandato em toda a cidade de Lisboa, a redução da tarifa de resíduos sólidos urbanos a quem produzir menos resíduos e reciclar mais, através do **Programa “Recicla mais, Paga menos”**.

Eixo 5: Segurança Urbana e Proteção Civil

Lisboa é, estatisticamente, uma cidade segura. No entanto, **o sentimento de insegurança** de muitos cidadãos tem aumentado, alimentado por situações localizadas de incivilidade, tráfico de droga ou violência, e pela falta de presença visível das autoridades em algumas zonas. Ao mesmo tempo, a cidade enfrenta riscos significativos no âmbito da proteção civil – desde a ameaça sísmica ao aumento de fenómenos climáticos extremos – que exigem preparação e resposta eficaz para proteger vidas e bens. Este eixo reúne medidas para **aumentar a segurança objetiva e subjetiva nas ruas** e para **tornar Lisboa mais resiliente a desastres**, através de prevenção, preparação e resposta rápida. Propomos:

1. Segurança Urbana

Lisboa tem de ser uma cidade segura e tranquila, de dia e de noite. Isso significa ruas bem iluminadas, policiamento próximo, cooperação com a PSP e regras claras para uma vida noturna vibrante, mas equilibrada. Para isso propomos:

- Reforçar a segurança urbana através de um conjunto integrado de ações: **melhorar e modernizar a iluminação pública** em toda a cidade, instalar **câmaras de videovigilância** nos espaços públicos identificados como críticos em termos de criminalidade e **aumentar o policiamento de proximidade**: propomos expandir o contingente da Polícia Municipal.
- **Fomentar as boas práticas dos contratos locais de segurança**, onde através de uma abordagem multilateral, é possível encontrar respostas integradas para o território, com atenção ao espaço público, segurança, comunidade e apoio social. Deverá ainda ser revisto o modelo dos conselhos municipais de segurança, com vista a uma maior operacionalidade e proximidade às freguesias.
- **Proteger quem nos protege: retomar o apoio proativo do Município à PSP**, em articulação com o Comando Metropolitano de Lisboa dessa polícia, designadamente do ponto de vista do investimento, com destaque à melhoria e modernização das **Esquadras de Lisboa** e provisão de **soluções de alojamento para os polícias**.
- **Reforçar a regulação e fiscalização do setor da diversão noturna**, incluindo do consumo de álcool na via pública e do ruído noturno, criando um equilíbrio saudável entre residentes e visitantes.

- Seguir as orientações CPTED (*Crime Prevention Through Environmental Design*) na requalificação do espaço público e na conceção dos novos tecidos urbanos, o que corresponde a uma abordagem multidisciplinar de conceção do espaço público para incrementar o sentimento de segurança e de prevenção da criminalidade.

2. Proteção Civil

Preparar a cidade para os riscos é proteger vidas. Lisboa precisa de uma Proteção Civil próxima dos bairros, com simulacros regulares, formação acessível a todos e bombeiros equipados e preparados para responder a qualquer emergência. Propomos:

- Dinamizar as **Unidades Locais de Proteção Civil (ULPC)** em todas as freguesias. Investir numa proteção civil de base local aumenta a **resiliência comunitária** e cria uma cultura de entreajuda e preparação, crucial num cenário de catástrofe.
- Implementar um **Plano de proteção civil preventiva** e de manutenção e fiscalização de infraestruturas críticas municipais.
- Realizar **simulacros regulares de emergência** em Lisboa, envolvendo profissionais e cidadãos. Planearemos exercícios anuais de preparação para riscos prioritários: simulacros de sismo com evacuação coordenada de escolas, hospitais e edifícios públicos; simulacros de **cheias/inundações** ou de tsunami em zonas ribeirinhas, testando barreiras e rotas de fuga; exercícios de resposta a **ondas de calor** e **incêndios urbanos** nos meses de verão, entre outros.
- Ampliar as ações de **formação em primeiros socorros e suporte básico de vida** para funcionários municipais, líderes comunitários, público em geral e em escolas, integrando no projeto “Crescer na Segurança” da Casa do Tinoni (espaço lúdico-pedagógico de segurança infantil que pretendemos modernizar e também abrir a adultos).
- Continuar a modernizar as forças de Bombeiros e Sapadores de Lisboa, procurando continuamente a capacidade de resposta ótima.
- **Reabilitar os quartéis antigos dos Bombeiros Sapadores.**
- Investir na aquisição de viaturas de combate a incêndios de nova geração, incluindo veículos urbanos de pequeno porte (adequados a ruas estreitas) e viaturas especiais para intervenção em cheias ou colapsos estruturais.
- Reforçar o dispositivo integrado de emergência médica pré-hospitalar, em parceria com as corporações de **Bombeiros Voluntários** da cidade,

- Valorizar a formação contínua dos nossos bombeiros, fazendo da **Escola do Regimento de Sapadores** um polo nacional de excelência em treino de proteção civil e combate a incêndios.

Eixo 6: Bem-Estar Animal

Numa cidade que aspira a ser ética e compassiva, o **bem-estar animal** é também uma prioridade. O respeito e proteção pelos animais, sejam de companhia ou fauna urbana, refletem o nosso grau de civilização. Lisboa deve assumir uma posição de vanguarda na defesa dos animais, promovendo políticas que garantam a saúde, segurança e dignidade dos animais, e simultaneamente favoreçam a sã convivência entre animais e pessoas no espaço urbano. Este eixo agrega medidas para fazer de Lisboa uma cidade amiga dos animais, focando-se na saúde veterinária acessível, o controlo populacional humanitário e a sensibilização pública. Propomos:

- Reforçar as políticas de **esterilização e cuidado de animais errantes** (cães e gatos de rua) numa perspetiva de *abate zero*. Vamos expandir o programa CED – Capturar, Esterilizar e Devolver – em colaboração com as associações e cuidadores informais de colónias de gatos. Melhorar as **condições das colónias** existentes: apoio material para a construção de abrigos e colocação de vedações discretas nos recantos onde os gatos se abrigam, instalação de pontos de água e comida longe de zonas de passagem, e sinalização das colónias autorizadas.
- Investir em campanhas de adoção, **lares temporários de acolhimento** (FAT) em colaboração com famílias voluntárias e juntas de freguesia, e parcerias com clínicas para tratamentos especializados quando necessários.
- Investir na Casa do Animal, designadamente implementando um **Banco Alimentar Animal Municipal e cuidados veterinários a preços sociais**, destinado a apoiar tanto famílias carenciadas com animais de estimação, como associações de proteção animal. Este banco recolherá ração, areia, medicamentos, mantas e outros bens através de campanhas solidárias (por exemplo, recolhas periódicas de alimentos para animais em supermercados – à semelhança do Banco Alimentar tradicional – e parcerias com *pet shops* e distribuidores).
- Apoiar a instalação de uma Clínica Veterinária, em cooperação com as associações do setor.

- Multiplicar e melhorar os **parques caninos** na cidade.
- Aprovar e implementar um **Regulamento Municipal de Proteção, Saúde e Bem-Estar Animal** moderno e ambicioso.
- Reforçar os meios humanos e técnicos do Lx-CRAS (Centro de Recuperação de Animais Silvestres de Lisboa) e alargar a capacidade de recolha e tratamento de animais.
- Fiscalizar a segurança e bem-estar dos animais que habitem em espaços municipais.
- Reforçar a rede de pombais contraceptivos.



3.ª Missão: VIVER LISBOA com Democracia, Comunidade e Inclusão

A cidade democrática constrói-se diariamente com a participação ativa de quem nela vive. A democracia não se limita ao momento do voto: manifesta-se nos bairros, nas associações e nas instituições locais, onde se gera proximidade, confiança e comunidade. Reforçar a democracia é abrir espaço à cidadania, valorizar o envolvimento cívico e dar poder efetivo às pessoas e às suas comunidades.

Num tempo em que cresce a desconfiança e o afastamento dos cidadãos da vida política, torna-se essencial revitalizar os canais de participação e devolver protagonismo à sociedade civil. Lisboa deve afirmar-se como uma cidade de instituições abertas e acessíveis, com processos transparentes e comunidades organizadas, onde a governação assenta no diálogo, na confiança e na responsabilidade partilhada.

Uma democracia sólida é também inclusiva. Isso significa assegurar a igualdade de direitos, promover a integração plena e criar oportunidades para todos. Educação, cultura e solidariedade social constituem os alicerces de uma cidadania ativa, capaz de dar vida à cidade e de fortalecer a coesão social.

Mais do que um conjunto de propostas, esta é uma visão para Lisboa: uma capital viva e sustentável, construída com esperança ativa e ambição progressista, humanista e ecologista, onde cada pessoa tem lugar e voz no futuro coletivo da cidade.

Eixo 1: Reforçar a Participação Cidadã

A democracia local só se consolida quando cada cidadão sente que a sua voz conta na construção da cidade. Lisboa deve ser uma cidade feita com todos e para todos, garantindo que nenhuma comunidade fica excluída do desenho, execução e avaliação das políticas públicas.

Para isso propomos:

- Implementar a política “Nada sobre nós, sem nós”, garantindo a participação ativa das pessoas diretamente afetadas pelas políticas públicas, no desenho, monitorização e avaliação das mesmas.
- Relançar o Orçamento Participativo 2.0, aumentando o orçamento disponível, assegurando a execução das propostas vencedoras em atraso e criando uma

plataforma digital que facilite a apresentação de ideias e o acompanhamento do estado de execução. Serão ainda realizadas sessões presenciais para co-construção de propostas.

- Criar um programa inovador para o 3.º setor, através de concurso público, para apoiar organizações com experiência local a desenvolver projetos de maior escala em áreas como emprego, insucesso escolar e coesão social. Os projetos terão financiamento alargado e duração plurianual, com forte articulação com os serviços municipais.
- Lançar um programa de voluntariado juvenil que mobilize jovens de 15 a 30 anos, especialmente dos bairros BIP/ZIP, em projetos sociais, ambientais, culturais e digitais. O programa oferecerá formação, bolsas simbólicas e plataformas digitais de participação e avaliação pública.
- Promover a Participação Cidadã na Revitalização dos Bairros Históricos, com laboratórios de bairro, contratos de bairro e equipas de terreno que envolvam moradores, comércio e coletividades desde a fase inicial dos projetos.
- Implementar o Orçamento Participativo para as Gerações Futuras, um ciclo anual dedicado exclusivamente a projetos de longo prazo, de resposta a desafios complexos para o futuro de Lisboa – climáticos, biodiversidade, coesão e integração social, democracia, entre outros – para os quais uma modelo de governação e participação antecipatória é decisivo para as gerações futuras viverem na cidade de Lisboa.

Eixo 2: Governação Aberta, Transparente e de Proximidade

Uma cidade moderna exige instituições que funcionem com clareza, integridade e proximidade. A confiança dos cidadãos constrói-se com transparência nos processos, simplicidade nos serviços e abertura ao escrutínio público. Lisboa precisa de uma governação que escuta, dialoga e presta contas, valorizando a participação cidadã e o papel das freguesias como primeira linha de contacto com a população. Afirmamos por isso o compromisso com uma gestão municipal baseada na ética, na responsabilidade e na participação, aproximando a cidade de quem nela vive e trabalha. Propomos, neste âmbito:

- Concretizar a Lisboa Decide – Plataforma de Participação, baseada no software livre DECIDIM, um espaço digital permanente onde cidadãos, associações e

entidades possam participar de forma contínua nas decisões da cidade — não apenas em momentos pontuais, mas ao longo de todo o ciclo político e de execução das políticas pública

- Transformar a cultura de participação na CML, capacitando os técnicos municipais, tornando a participação transversal a todos os departamentos e promovendo processos participativos também dentro da organização.
- **Intervir e regularizar pendências nos diferentes domínios de gestão com a criação de equipas técnicas dedicadas à resolução célere e sistemática de processos pendentes**, com prioridades definidas por antiguidade e impacto no cidadão.
- **Promover uma cultura organizacional de transparência**, com prazos de resposta definidos e métricas de desempenho públicas.
- **Estabelecer prazos de referência para resposta**, consoante a tipologia de **requerimento**, com publicação trimestral de indicadores sobre tempos médios de resposta e volume de processos pendentes.
- Criar o programa “Câmara Municipal em diálogo”, de encontros trimestrais com ONG, associações de moradores e especialistas para a cocriação de políticas e acompanhamento da execução de planos e políticas municipais de natureza estratégica.

Eixo 3: Inclusão Social, Direitos Sociais e Ação Comunitária

Uma Lisboa verdadeiramente progressista tem de ser justa e solidária, cuidando das pessoas em situação de vulnerabilidade e fortalecendo os laços de comunidade. Este eixo reúne propostas para combater as desigualdades, a pobreza e a exclusão social, garantindo que todos os lisboetas tenham acesso a apoio e oportunidades independentemente do bairro onde vivem. Pretendemos também promover a coesão social e intergeracional, criando redes de entreajuda e participação comunitária que tornem Lisboa uma cidade mais humana e acolhedora, e liderar a discussão para o aumento de respostas à escala metropolitana. Por isso, propomos:

- **Reforçar o combate à pobreza e exclusão:** Implementar, no âmbito da rede social, programas integrados de ação social de proximidade, em parceria com IPSS, associações locais e movimentos comunitários, de modo a melhorar a capacidade

de identificação e apoio a famílias em situação de carência (alimentar, energética, habitacional ou outra) ou a pessoas em situação de sem-abrigo.

- Articular, no âmbito da Rede Social, a elaboração do Plano Municipal de Combate à Pobreza, de forma a executar a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza em articulação.
- Criar uma equipa conjunta com o Instituto da Segurança Social para tramitação dos processos de aprovação de novas respostas sociais.
- Desenvolver programas de apoio social inovadores, destinados a responder a situações de vulnerabilidade habitacional, alimentar e de saúde mental, com especial atenção às crianças, jovens e idosos.
- **Criar um Centro de Inovação Social**, que promova a incubação de novas instituições de solidariedade social, a criação de respostas inovadoras de formação que previnam ou promovam a inclusão de jovens em situação de abandono escolar, bem como de integração de comunidades migrantes.
- **Promover o envelhecimento digno e ativo:** Implementar uma estratégia abrangente para que os seniores possam envelhecer com dignidade e autonomia na sua comunidade. Como projeto emblemático, será criado o Centro Intergeracional da Ajuda, que reunirá no mesmo campus uma residência sénior e uma creche, conforme recomendação já aprovada pela Assembleia Municipal. Este centro pioneiro promoverá programas estruturados de interação intergeracional entre crianças e idosos, garantindo atividades conjuntas de aprendizagem, partilha de saberes e apoio mútuo, de forma a valorizar o papel ativo dos seniores. Implementar, em parceria com o setor social, um programa comunitário de apoio domiciliário que auxilie leve ajuda a casa dos idosos isolados: desde entregas de refeições, visitas de companhia, apoio na higiene habitacional, até serviços de teleassistência.
- **Desenvolver um programa comunitário de apoio domiciliário a pessoas mais idosas**, com particular atenção para os casos de isolamento e solidão indesejada, envolvendo associações e organizações, profissionais de saúde, comunidade, familiares e cuidadores.
- **Criar um Programa de Segurança para pessoas idosas**, estruturado através do programa CLIC da SCML e com a governação integrada da PSP, CML, Juntas Freguesia, ISS e instituições de ensino superior de Lisboa, com inclusão de um Chaveiro de Segurança para os idosos que vivem isolados ou acompanhados

por outros idosos da mesma faixa etária. Sempre que existir uma situação de alerta ou pedido de socorro, as chaves de segurança são colocadas numa bolsa especial e transportadas em viaturas da Lisboa Segura, até ao domicílio do idoso. A PSP desloca-se de imediato para a morada do idoso e a sua família ou adulto de referência são avisados se é um falso alarme ou do encaminhamento que vai ocorrer.

- **Proporcionar Teleassistência a 10 mil lisboetas** em 4 anos, para redução do isolamento social e da solidão indesejada.
- **Reforçar as políticas de conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar.**
- Reforçar a capacitação e o financiamento da Rede Social de Lisboa, com vista a reforçar esta rede e criar um **Programa de Investimento Social (Lisboa Solidária)**, destinado à formação profissional dos trabalhadores das instituições da Rede, aquisição de bens de desgaste, ajudas técnicas e para o reforço das medidas de autoproteção das respostas sociais.
- **Apoiar os cuidadores informais:** Criar equipas de mentoria e reforço do apoio aos cuidadores informais (aqueles que, geralmente familiares, tratam de idosos dependentes ou pessoas com deficiência), ao nível da freguesia. Estas equipas multidisciplinares prestarão apoio psicológico (para combater a sobrecarga emocional e prevenir o *burn-out*), aconselhamento jurídico (esclarecendo direitos do Estatuto do Cuidador Informal, apoios existentes, conciliação com a vida profissional) e atuarão como ponte facilitadora no acesso a serviços de saúde primários e de apoio social. Neste âmbito, serão promovidos tutoriais para formação online dos cuidadores, bem como será proposta uma parceria com a Fundação INATEL para criar condições para o descanso do cuidador.
- Criar um sistema de inscrição e registo dos cuidadores informais a nível local, facilitando o acesso aos serviços sociais e de saúde primários.
- Reforçar a defesa da pessoa com deficiência, promovendo políticas inclusivas nas áreas social, cultural, lazer, educação, desporto, emprego e formação na área da inclusão.
- Garantir a acessibilidade a espaços e transportes públicos, edifícios, habitações e equipamentos urbanos, eliminando as barreiras multifatoriais.
- Lançar o Programa Municipal **“+Habitação +Autonomia”**, dedicado a melhorar as condições de acessibilidade nas habitações municipais para pessoas com baixos

rendimentos e pessoas com graus de incapacidade mais elevados.

- Criar um Programa de Apoio à Renda para Agregados com Necessidades Especiais (pessoas com deficiência). O programa terá como requisito mínimo de acesso o recenseamento no concelho de Lisboa há pelo menos 5 anos e a existência de contrato de arrendamento válido.
- Aprovar uma Estratégia Municipal para aplicação da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e dos respetivos Mecanismo/Observatório e Fórum/Conselho Consultivo de monitorização da sua execução.
- Realizar um estudo sociodemográfico dedicado de re-Conhecimento da população com deficiência residente e utilizadora da cidade – respeitando os dados pessoais, mas identificando locais de residência e circuitos (de forma a melhor definir as prioridades de investimento anual).
- Promover políticas municipais que valorizem a diversidade cultural, combatam a discriminação e reforcem os direitos das comunidades migrantes, das minorias étnicas e das pessoas LGBTQI+, garantindo igualdade de acesso a serviços, habitação, educação e oportunidades.
- **Proteger as vítimas de violência doméstica:** Assegurar respostas de emergência habitacional para vítimas de violência doméstica, através de uma forte articulação entre serviços municipais, forças de segurança, saúde e justiça. Serão disponibilizadas habitações de transição seguras (por exemplo, em património municipal disperso ou protocolado com a economia social) onde as vítimas e, quando existam, os seus filhos a cargo possam refugiar-se de forma imediata. Além do alojamento, será garantido acompanhamento psicológico, apoio jurídico e ligação a programas de emprego ou formação que ajudem estas pessoas a reconstruir a sua autonomia.
- **Promover a erradicação da situação de sem abrigo:** Duplicar a iniciativa *Housing First*, assegurando um teto a quem vive na rua, bem como o acompanhamento por equipas multidisciplinares de apoio social e de saúde. Dar prioridade à recuperação da dignidade e estabilidade dessas pessoas, reduzindo o recurso aos albergues de emergência e promovendo, ao longo do mandato, a desativação da resposta de emergência criada na Manutenção Militar (Beato).
- Requalificar e redimensionar a resposta de emergência habitacional existente – centros de acolhimento mais pequenos, humanizados e com melhor apoio técnico ou apartamentos partilhados – para servirem de retaguarda em situações

de emergência, garantindo que ninguém fique sem resposta imediata.

- Articular com o Estado uma resposta multidisciplinar urgente ao crescimento do consumo de drogas na cidade.
- Atualizar o diagnóstico, com vista a criar e reforçar respostas dirigidas às pessoas que usam drogas, ajustando-as aos novos tipos de consumo, garantindo serviços de *drug checking* e reforçando os centros existentes, criando novos Centros de Redução de Riscos, de modo a reduzir riscos, dar dignidade e retirar visibilidade ao consumo em espaço público.
- Assegurar a integração plena destas respostas na rede de saúde e apoio social, reforçando a articulação entre a autarquia, o Estado central e as organizações da sociedade civil.
- Rever o Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Lisboa, reforçando uma ação intersectorial e centrada na pessoa imigrante, reforçando campanhas de informação sobre racismo e xenofobia.
- Reforçar as respostas de formação em português como língua de acolhimento e cursos permanentes.
- Reforçar o apoio às associações de apoio a pessoas migrantes para facilitar o seu processo de integração

Eixo 4: Democracia Associativa

Lisboa tem uma rede associativa rica e diversa, composta por coletivos formais e informais, associações culturais, recreativas, desportivas, sociais e cooperativas, que são fundamentais para a vitalidade democrática da cidade. Contudo, muitas destas organizações enfrentam dificuldades de espaço, financiamento e sustentabilidade, o que tem levado à sua extinção ou à limitação da sua ação. Acreditamos que uma cidade forte precisa de um movimento associativo dinâmico e apoiado. Neste âmbito, propomos:

- Criar uma bolsa de espaços acessíveis em diferentes freguesias, a custos reduzidos, que possa ser partilhada por várias organizações, fomentando sinergias e o fortalecimento da rede associativa.
- Implementar programas de capacitação para apoiar as organizações a melhorar a sua gestão, comunicação e sustentabilidade, seguindo exemplos de boas práticas

como o programa Cidadãos Ativos.

- Realizar um mapeamento das organizações existentes e do impacto do seu trabalho, promovendo o trabalho em rede com as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal, de forma a potenciar respostas conjuntas para os munícipes.
- Aproximar as organizações do 3.º setor do tecido empresarial, promovendo parcerias e novas formas de financiamento para as atividades sociais, culturais e desportivas;

Eixo 5: Assembleia Municipal

Lisboa precisa de uma Assembleia Municipal próxima e participativa. Reforçar o seu papel como Casa da Cidadania, modernizar a comunicação, dar voz a crianças e jovens e valorizar a memória democrática são passos para aproximar os lisboetas das decisões que moldam a sua cidade. Para isso, propomos:

- **Reforçar a Assembleia Municipal** enquanto verdadeira “Casa da Cidadania”, com capacidade de ouvir a voz de todas as pessoas, com base no respeito pela democracia, retomando os debates temáticos e potenciando a figura das petições.
- **Modernizar o website e diversificar as plataformas de comunicação** e prestação de contas da Assembleia Municipal.
- Continuar o esforço de aumentar a eficácia das reuniões da Assembleia Municipal, assegurando uma rigorosa gestão do tempo e de resposta aos munícipes.
- Prosseguir com a **Assembleia das Crianças da Cidade de Lisboa** e alargar o projeto a uma **Assembleia dos Jovens da Cidade de Lisboa**.
- Desenvolver um projeto educativo para a cidadania, bem como um programa cultural de valorização da democracia e da liberdade, em especial das conquistas do poder local democrático, no quadro das comemorações dos 50 anos das primeiras eleições para os órgãos das autarquias locais.

4.ª Missão: VIVER LISBOA: facilitar a mobilidade, melhorar o ambiente

Pretendemos transformar Lisboa numa cidade sustentável, combatendo a crise climática e melhorando a qualidade de vida e a saúde de todos os cidadãos através de uma mobilidade limpa, espaço público seguro e políticas ambientais corajosas. Esta missão reconhece que os desafios ambientais, de mobilidade e energia estão interligados e precisam de respostas integradas: uma cidade com ar mais puro, menos ruído e menos pegada de carbono, onde o transporte público eficiente e acessível, em articulação com modos ativos (andar a pé e de bicicleta) seguros e atrativos, permite reduzir a dependência do automóvel.

Ao mesmo tempo, ambicionamos uma Lisboa líder na transição ecológica, investindo em energias renováveis, preparando-se para eventos climáticos extremos e protegendo o seu património natural. **A transição ambiental só terá sucesso se for socialmente justa** – por isso, medidas como transporte público gratuito para residentes ou melhoria de acessos nos bairros periféricos são essenciais, garantindo que ninguém fica para trás na mudança para uma cidade verde. Nesta missão, unimos inovação e qualidade de vida: redesenhar Lisboa para as pessoas, com menos carros e mais árvores, com energia limpa e participação ativa de todos na construção de um futuro sustentável.

Eixo 1: Transportes Públicos para Todos

Lisboa só será uma **cidade justa e sustentável se o transporte público for suficientemente eficiente e seguro para poder ser a primeira escolha** de quem aqui vive, trabalha ou visita.

Hoje, demasiados lisboetas continuam dependentes do automóvel porque o transporte público **ainda não é suficientemente rápido, fiável e acessível**. A segurança do serviço de transportes deve ser um pressuposto e o acidente marcante do Ascensor da Glória não pode ser ignorado. Queremos inverter esta realidade com uma aposta clara: mais investimento no transporte coletivo, melhor serviço, infraestruturas adequadas e zero barreiras económicas. Só assim teremos menos trânsito, menos poluição e mais tempo para a vida, em linha com os objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas com que Lisboa se comprometeu.

1. Transporte público acessível:

A mobilidade em Lisboa tem de ser simples e justa. O passe gratuito para residentes e tarifas acessíveis no Navegante Metropolitano são passos decisivos para aliviar orçamentos familiares e incentivar o transporte público. Por isso, propomos:

- **O Passe Navegante gratuito para todos os residentes** permitindo o acesso livre a autocarros, elétricos, comboio, metropolitano e elevadores dentro da cidade.
- Em coordenação com a Área Metropolitana, **avaliar a progressiva diminuição do tarifário Navegante Metropolitano para quem se desloca entre concelhos.**

2. Reforço significativo da oferta de transporte público:

Para suportar o aumento de passageiros, **Lisboa articulará com as autoridades de transporte respetiva o alargamento da oferta da Carris Metropolitana e do Metropolitano de Lisboa.** Para isso, propomos:

- Que a Área Metropolitana de Lisboa, como Autoridade de Transporte competente, permita, já em 2026, que a **Carris Metropolitana embarque e desembarque passageiros em vários pontos do seu percurso dentro do Município de Lisboa.** Esta medida singular terá um enorme impacto nos corredores servidos por este operador, praticamente duplicando a oferta em eixos como Santa Clara, Lumiar, Alvalade, Benfica e o eixo Monsanto/Amoreiras/Marquês de Pombal, ou por exemplo criando ligações hoje inexistentes ao fim de semana entre Alcântara e Areeiro.
- **Executar o Programa Corredores Livres,** criando novos corredores BUS dedicados e dando prioridade semaforica aos transportes públicos na cidade, e proteção da rede, para ligar todos os eixos estruturantes da cidade com alta frequência e carreiras, elevando o número de passageiros transportados, assegurando cobertura total dos principais destinos e interfaces em toda a rede da Carris e Carris Metropolitana.
- **Rever a rede da Carris** com base em critérios de equidade e mobilidade social – ou seja, analisar e reestruturar percursos para servir melhor as áreas onde hoje a oferta é escassa e há populações com maior dependência do transporte público.
- Que os **transportes sejam reforçados também de madrugada,** desde logo na

Rede da Madrugada da CARRIS e que a frequência nas horas de ponta seja aumentada – **ninguém deverá esperar mais de 5-7 minutos por um transporte num corredor principal na cidade de Lisboa.**

- Garantir que nenhuma pessoa fica excluída da mobilidade sustentável, criando condições para garantir a ligação dos bairros às unidades e centros de saúde, a centros de dia ou serviços essenciais. Reforçar, onde necessário, as carreiras de bairro nas colinas e encostas para servir população com dificuldade de locomoção.
- Assegurar reserva de capacidade extra em eventos especiais ou picos de procura (ex: Santos Populares, Natal e Fim de Ano, eventos desportivos de grande dimensão).

3. Trazer o Elétrico de volta

Lisboa precisa de uma rede de transporte coletivo mais moderna e abrangente. Expandir os elétricos, criar novos corredores dedicados e apostar em soluções inovadoras como o BRT são passos essenciais para ligar melhor a cidade e reduzir a dependência do automóvel. Para isso, propomos:

- Estudar a expansão da rede de **elétricos** para novas zonas da cidade, reativando linhas históricas e criando novas ligações onde faça sentido, designadamente retomando a perspetiva de um projeto para todo o eixo Ribeirinho, **ligando Sacavém a Algés**. No **Eixo Ribeirinho Oriental** (LIOS Oriental) haverá condições de acelerar o desenvolvimento desta ligação, mas também de melhorar substancialmente em Alcântara, Ajuda e Belém, com o corredor do **LIOS Ocidental**.
- **Implementar um programa de modernização e de reforço da segurança do funcionamento dos ascensores/funiculares**, em linha com as recomendações que resultem dos processos de auditoria relativos ao incidente do Ascensor da Glória, e no quadro de um programa de proteção de infraestruturas e de proteção civil preventiva.
- Ligar o Lumiar e Santa Clara (Alta de Lisboa) a Entrecampos – sempre em canal dedicado para garantir eficiência, articulada com uma ligação a estudar e a preparar para a criação de **um corredor de Transporte Coletivo em Sítio Próprio (TCSP) entre Algés e o Parque das Nações, através da CRIL, 2ª circular e Av. de Berlim**.

- Paralelamente, **identificar oportunidades para redução da barreira que é a 2ª circular, criando soluções de cobertura ou desnivelamento pontual, em particular junto a áreas residenciais**, onde a redução do ruído tem um enorme impacto na qualidade de vida, e onde seja possível unir territórios, propiciando a criação novos espaços públicos.
- Priorizar outros corredores de TCSP, como a ligação Sete Rios - Entrecampos - Braço de Prata, servindo o novo Hospital, a ligação de Santa Apolónia ao Alto de São João, até ao Areeiro, Praça de Espanha e Alcântara.
- Apostar em soluções inovadoras de **BRT (Bus Rapid Transit)** ou *mini-shuttles* elétricos em artérias onde o metro não chega e o fluxo justifique.

4. Melhorar e não falhar com o básico

Viajar em Lisboa tem de ser simples, confortável e eficiente. Interfaces modernos, frota limpa e acessível, paragens acolhedoras e uma app única de mobilidade vão tornar o transporte público a opção mais prática e atrativa para todos. Propomos:

- **Reforçar os processos de manutenção de equipamentos da Carris e municipais**, designadamente implementando as recomendações das auditorias ao trágico acidente do Elevador da Glória.
- Avaliar, com base na melhor informação técnica disponível, a **reinternalização da manutenção de determinados equipamentos da Carris**.
- Melhorar substancialmente as **interfaces multimodais** (estações e terminais): redesenhando terminais como Colégio Militar, Sete Rios, incluindo terminal de Expressos, Gare do Oriente, Cais do Sodré, para que ofereçam acessibilidade universal, abrigo climático, informação em tempo real e, sempre que possível, serviços úteis (cafés, casas de banho, creches de apoio, bibliotecas de bairro).
- Garantir uma melhor ligação entre as interfaces e a cidade envolvente, potenciando a ligação a redes pedonais e cicláveis 100% acessíveis, seguras e atrativas, bem como condições para o estacionamento seguro de bicicletas.
- Continuar a **descarbonização da frota de transportes públicos**, adquirindo apenas veículos de emissões reduzidas.
- Além da energia limpa, focar no conforto: veículos modernos climatizados, com

limpeza frequente, *WiFi* grátis nos principais percursos, **reforçada em paragens e interfaces chave.**

- Tornar cada paragem mais atrativa e confortável: todas as paragens com maior movimento terão painéis eletrónicos de previsão de chegada (e iluminação noturna) e serão melhoradas em termos de conforto e proteção contra a chuva.
- Expandir a informação ao utilizador: criar uma aplicação unificada, juntando todas as apps municipais existentes num só canal, para planeamento porta-a-porta, compra de bilhetes, utilização de modos flexíveis como a GIRA, pagamento de estacionamento, e até reporte de ocorrências.
- Incentivar o **teletrabalho e horários desfasados** nas empresas e serviços municipais, como forma de mobilidade virtual que reduz a necessidade de deslocações nas horas de pico – a Câmara dará o exemplo com planos internos de teletrabalho e conciliação que evitem sobrecarregar infraestruturas nos mesmos momentos.

5. Táxi, peça central do transporte público de Lisboa

O táxi deve ser parte da mobilidade em Lisboa. Apoiar a sua transição energética e reforçar a oferta inclusiva são passos para garantir um serviço mais acessível e sustentável. Propomos:

- Incentivar também a transição energética no transporte táxi: criar **linhas de apoio municipal à eletrificação de frotas** de táxis.
- Procurar, em articulação com a TML e com os representantes do sector, **soluções para que os táxis possam ser usados como complemento** noturno ao passe, integrados no ecossistema de mobilidade urbana, ou permitam condições preferenciais de utilização em complemento à oferta de transporte público.
- **Potenciar a utilização do serviço de táxi** enquanto ator chave do serviço de transporte público para apoio aos utilizadores que careçam de um apoio mais personalizado pela sua dificuldade de locomoção, com um serviço desenhado e integração na oferta de serviço público da cidade, isto é, a custos reduzidos.
- Aumentar as posturas municipais para táxis adaptados a pessoas com deficiência.
- Pugnar junto do poder central **pela municipalização da competência de**

licenciamento de TVDE e da atividade de tuk-tuk, com vista designadamente à regulação destas atividades de modo adaptado à realidade da cidade.

6. Alta Velocidade, Nova Travessia sobre o Tejo, Novo Aeroporto: Lisboa tem de proteger os Lisboaetas

Neste momento, estão em curso estudos ou existem propostas para a construção de um conjunto de novas infraestruturas na Área Metropolitana de Lisboa, que incluem um novo aeroporto e duas travessias do Tejo. **Sabemos, de décadas de observação e estudo noutras cidades, que não é possível resolver os problemas de congestionamento rodoviário, criando novas vias de acesso ou aumentando a capacidade de autoestradas.** Construir novas travessias rodoviárias sobre o Tejo, **não só não ajudará, no longo prazo, a descongestionar as existentes, como agravará os problemas de congestionamento em Lisboa. Assim, a posição do Município de Lisboa deve ser de reserva face a novas vias de entrada de tráfego rodoviário na malha da cidade de Lisboa.** Contudo, tendo em conta o equilíbrio territorial da Área Metropolitana de Lisboa, e se se demonstrar que é absolutamente necessária a existência de uma componente rodoviária na travessia Chelas - Barreiro, é indispensável que haja medidas de mitigação:

- Caso tal decisão venha a ser tomada, então **é indispensável que, tanto na nova travessia como nas existentes, sejam criadas vias exclusivas para transportes públicos**, que evitem por um lado o aumento da capacidade rodoviária no acesso direto à Cidade de Lisboa, e concretizar uma gestão mais equilibrada da capacidade disponível para o transporte individual
- **Deve ainda ser reforçada a oferta e o desempenho dos transportes públicos** entre as duas margens.
- Finalmente, a **Cidade de Lisboa não pode ser onerada de qualquer obra de mitigação do impacto de uma infraestrutura desta natureza.** Sendo certo que tais intervenções seriam necessárias caso se concretize a travessia, e indispensáveis, **o Município tem de ter uma palavra decisiva na sua concretização.**

Já quanto ao Novo Aeroporto:

- Mantemo-nos fiéis a todas as decisões votadas a favor pelos partidos desta

Coligação na Câmara Municipal de Lisboa nos últimos anos e que de forma sintética:

- Assumem a urgência da construção do Novo Aeroporto, sendo preocupante a falta de clareza atual sobre a data de entrada em operação da nova infraestrutura e a data prevista para o encerramento definitivo do Aeroporto Humberto Delgado;
- Monitorizar e exigir o respeito pela legislação e restrição dos voos noturnos no aeroporto, e com as instituições de ensino superior sediadas na cidade, em parceria com os serviços municipais, promover estudos sobre os impactos na saúde dos residentes e no ambiente da cidade;
- São contra o aumento da capacidade do número de voos do Aeroporto Humberto Delgado pelo impacto que traz na qualidade de vida dos Lisboaetas;
- Exige que todos os trâmites de avaliação de impacto ambiental sejam seguidos em quaisquer obras onde tal seja aplicável na infraestrutura existente.
- Deve ainda ser iniciado o planeamento e programação do futuro dos atuais terrenos do Aeroporto Humberto Delgado, de forma participada e com o objetivo de construir um novo polo de cidade ambientalmente sustentável.

Eixo 2: Mobilidade Ciclável

Lisboa só será verdadeiramente sustentável com uma rede ciclável segura e completa. Expandir ciclovias, modernizar a GIRA, garantir estacionamento adequado e promover a cultura de andar de bicicleta são passos centrais para uma cidade mais saudável e acessível. Para isso, propomos:

- Executar plenamente o plano **Vias da Liberdade** para dotar Lisboa de uma rede ciclável contínua e segura cobrindo toda a cidade e ligando todas as freguesias, interfaces de transporte, polos universitários, escolas, zonas comerciais e de emprego.
- **Em linha com os estudos desenvolvidos no mandato que agora termina**, conectar as ciclovias existentes entre si (eliminando lacunas na rede) e expandi-las a eixos ainda desprovidos, nomeadamente nas ligações do planalto ao rio.
- Implementar ciclovias de **ligação intermunicipal**, assegurando percursos cicláveis contínuos para Oeiras, Amadora e Loures, em coordenação metropolitana.

- **Que a expansão da rede ciclável não seja desligada da requalificação do espaço público**, devendo os projetos criar condições de melhoria de segurança e circulação para peões.
- **Generalizar o estacionamento seguro** para bicicletas criando condições para a instalação de parques *Bicipark* cobertos e vigiados junto a estações de metro/comboio, mercados, centros de bairro e em todas as freguesias.
- **Modernizar o sistema GIRA** de bicicletas partilhadas: expandindo a rede de estações GIRA de forma equitativa a todos os bairros de Lisboa, incluindo zonas como Carnide, Ajuda, Marvila e outras hoje mal servidas;
- Renovar e aumentaremos a frota (mais bicicletas elétricas nas áreas de colina), **integraremos a GIRA na nova app de mobilidade** de Lisboa e criaremos condições seguras para que, segundo um processo certificado, responsabilizado e em código aberto.
- Reforçar campanhas de **sensibilização e formação**: ensinar nas escolas regras de circulação de bicicleta, realizar periodicamente cursos “Como andar de bicicleta na cidade” para adultos e campanhas mediáticas de proteção da coexistência rodoviária entre os diferentes tipos de utilizadores.

Eixo 3: Segurança Rodoviária

Lisboa é das cidades europeias onde mais pessoas são atropeladas, e o concelho do país nos últimos 4 anos com mais mortos em sinistros rodoviários e mais atropelamentos mortais em passeadeiras. Perpetuar a ocorrência de mortes evitáveis e de lesões graves não é aceitável. Lisboa precisa de um espaço público seguro, equilibrado e inclusivo. Isso significa ruas onde o peão e o transporte público têm prioridade, mas onde o automóvel continua a ter o seu lugar — sobretudo para residentes, para famílias e para quem depende dele no dia a dia. O desafio é encontrar o equilíbrio: melhorar a segurança rodoviária, reduzir riscos e conflitos, tornar o espaço urbano mais confortável e verde, e ao mesmo tempo garantir condições de circulação e estacionamento justas para quem vive e trabalha na cidade.

1. Garantir uma política coerente de estacionamento, libertar o espaço público

O estacionamento tem de ser organizado para servir os residentes e libertar espaço público. Lisboa precisa de parques dissuasores, regras justas para dísticos e soluções inovadoras que conciliem mobilidade, comércio e sustentabilidade. Propomos:

- Organizar o estacionamento automóvel de forma a desincentivar o seu uso e libertar espaço público. Isso implica as medidas de gestão necessárias para tornar clara a existência ou não de estacionamento disponível.
- Continuar a política de reforço de estacionamento para motociclos em condições de segurança.
- Concluir a rede de **parques de estacionamento dissuasores** nas entradas da cidade, como sejam os presentes junto à interface da Pontinha, e procuraremos uma estratégia ao nível da AML para que este tipo de parques possam existir nos acessos ferroviários e fluviais em toda a área metropolitana.
- Rever as **regras de atribuição de dísticos**, incorporando gradualmente critérios de otimização do uso do espaço público, ajustando-as à realidade de cada bairro, procurando assim soluções justas de distribuição do espaço disponível entre todos os utilizadores, **privilegiando os residentes**, e sem esquecer o estacionamento para visitantes, essencial ao comércio e famílias.
- Aumentar a **rotatividade dos visitantes nas zonas comerciais** fomentando o estacionamento de curta duração.
- **Privilegiar parques de estacionamento de estrutura** nas áreas residenciais, **sempre que possível**, para tirar automóveis de cima do solo libertando espaço público e melhorando as condições dos residentes, priorizando as freguesias com maior densidade de veículos e maior limitação de espaço público.
- **Dar prioridade à cedência ao município**, tal como previsto nos regulamentos municipais, **em novas construções de todos os parques públicos com mais de 60 lugares**, com vista à sua incorporação nos instrumentos de gestão da cidade, nomeadamente colocando esta oferta ao serviço da resolução do problema de estacionamento para residentes. Estima-se que no mandato esta medida resulte no reforço da oferta pública entre 3.000 a 5.000 lugares de estacionamento público em parque.

- Determinar que qualquer nova estrutura de estacionamento deve integrar cobertura **verde ou solar**: todos os parques de estacionamento cobertos com mais de 1500 m² serão aproveitados para instalar painéis fotovoltaicos, cobrindo pelo menos 50% da sua área e gerando energia limpa para a rede ou para carregamento de veículos elétricos no próprio parque.
- Implementar um teste-piloto em zonas centrais para a atividade de cargas e descargas ser realizada em janelas temporais (antes da hora de ponta da manhã ou após a hora de ponta da tarde), numa zona da cidade, e avaliar a expansão do modelo para outras áreas comerciais.
- Planear com os operadores económicos soluções sustentáveis de micrologística, que mitigue os impactos das operações de cargas e descargas e torne mais sustentável a movimentação de mercadorias dentro dos bairros.

2. Visão Zero - Zero Mortes nas ruas e avenidas da cidade:

Nenhuma morte na estrada é aceitável. Com a Estratégia Visão Zero, Lisboa compromete-se a eliminar sinistros graves até 2030, investindo na prevenção, na segurança das vias e numa resposta eficaz a cada acidente. Propomos:

- Implementar integralmente uma Estratégia Municipal de Segurança Rodoviária “Visão Zero”, assumindo o objetivo de eliminar as mortes e ferimentos graves nas ruas de Lisboa.
- **Afetar pelo menos 50% da receita de contraordenações rodoviárias associadas à segurança rodoviária** à melhoria da segurança das vias.
- Melhorar a **resposta pós-acidente**: equipas multidisciplinares analisarão cada acidente grave ocorrido em Lisboa. O compromisso é claro: a perda de vidas em sinistros rodoviários **não é aceitável nem inevitável**.

Eixo 4: Transição Ecológica e Energia

Lisboa tem de ser parte da resposta à crise climática, mas também garantir que a transição é justa e melhora a vida de todos. A cidade deve reduzir emissões, apostar nas energias limpas e aumentar a eficiência energética dos edifícios, mas sempre com atenção às famílias, aos bairros e às empresas locais. A transição ecológica não é

apenas um objetivo ambiental — é também social e económico: menos poluição, mais saúde, menor despesa energética e mais oportunidades para inovar.

1. Medidas rápidas e eficientes na promoção da descarbonização:

A transição ecológica em Lisboa faz-se com menos emissões e mais eficiência. Mais carregadores elétricos, zonas de emissões reduzidas, iluminação LED inteligente e novas soluções de mobilidade sustentável são passos decisivos para uma cidade mais limpa e saudável. Propomos:

- Expandir a rede de **estações de carregamento elétrico** para veículos individuais, aprovando nos primeiros 3 meses o regulamento da mobilidade elétrica.
- **Rever a política de dísticos aplicável**, em particular, ao dístico verde.
- Prosseguir com a expansão da **Zonas de Emissões Reduzidas (ZER)**, começando pela ZER Baixa/Chiado/Avenidas - respeitando a vontade das consultas populares, e implementar de forma faseada e participada um perímetro onde se restrinja o acesso por categoria de veículos e condutores, garantindo exceções para moradores e suas visitas, logística essencial, transportes públicos e emergências.
- Modernizar a rede de iluminação pública da cidade, substituindo as luminárias convencionais por tecnologia LED de alta eficiência, com sistemas de telegestão remota.
- Explorar a introdução de diferentes tipos de sensores para monitorização da cidade na infraestrutura de iluminação, como sejam detetores de ruído, qualidade do ar, contadores, etc.
- Incentivar empresas a adotarem **planos de mobilidade empresarial** (com teletrabalho, subsídio de transporte público, *shuttles* corporativos) e promover logística urbana sustentável.

2. Estar à altura da herança da Capital Verde, mobilizar e acelerar a transição

Lisboa tem de voltar a liderar na ação climática. Apostar no solar, reforçar a arborização, concluir corredores verdes e preparar a cidade para cheias e ondas de

calor é proteger o futuro, a biodiversidade e a qualidade de vida de todos.

- Retomar o foco no Plano de Ação Climática, aprovado por unanimidade, mas estagnado, colocando Lisboa na dianteira da ação climática local para convergir com a neutralidade carbónica até 2030, em linha com o compromisso assumido enquanto Capital Verde Europeia e com a missão de 100 cidades neutras em Emissões de Carbono.
- Aproveitar todo o potencial solar de Lisboa. Implementar a **Carta do Potencial Solar**, nos edifícios públicos e privados aptos para painéis solares e promovendo a sua instalação.
- Instalar painéis solares em edifícios municipais.
- Avaliar a instalação de uma central fotovoltaica de larga escala para autoconsumo, de iniciativa municipal, que forneça energia renovável ao município e a comunidades locais a baixo custo, contribuindo para combater a pobreza energética.
- Promover e participar na criação de **Comunidades de Energia Renovável (CER)** e Comunidades de Cidadãos para a Energia em bairros de Lisboa, em especial nos bairros municipais – por exemplo, equipar os telhados de um quarteirão habitacional com solar e partilhar a energia pelos moradores a baixo custo, com a Câmara a facilitar e investir.
- Promover o estudo do aproveitamento do potencial de energia geotérmica pela utilização de recursos hidrotermais em Alfama, bem como o seu potencial de aproveitamento para **recuperação da função termal em Lisboa**.
- Apoiar condomínios e pequenas empresas na instalação de renováveis com um **Gabinete de Energia Municipal** que fornece projetos-tipo e ajuda a aceder a financiamentos (como o Fundo Ambiental ou o nosso Fundo de Eficiência).
- Lançar um Programa **Municipal de Eco-reabilitação** de edifícios, começando pelos bairros municipais – isolamento térmico de fachadas e coberturas, substituição de caixilharias por eficiência energética, instalação de iluminação LED nas partes comuns.
- Estabelecer que os novos grandes projetos urbanísticos de promoção municipal devam cumprir padrões de construção sustentável (materiais, gestão de água e

energia) e, sempre que possível, incorporar telhados verdes ou painéis solares.

- Preparar Lisboa para enfrentar os impactos inevitáveis das alterações climáticas, protegendo a população e a infraestrutura, designadamente através de refúgios climáticos e da implementação do conceito de “cidade esponja”, para maior infiltração das águas das chuvas e mitigação dos efeitos de cheias.
- **Concluir e implementar o Plano Geral de Drenagem de Lisboa** lançado pelo anterior executivo do Partido Socialista, promovendo soluções baseadas na natureza para escoamento das águas pluviais (jardins de chuva, pavimentos permeáveis, valetamentos verdes).
- Planear e gerir de forma integrada a infraestrutura verde de Lisboa. Vamos integrar uma Estratégia Ambiental ambiciosa na revisão do Plano Diretor Municipal, definindo a estrutura ecológica da cidade com medidas inovadoras de mitigação e adaptação às alterações climáticas.
- Criar diretrizes para que os novos espaços verdes sejam mais sustentáveis e resilientes em termos de consumo de água, de modo que o balanço global de necessidade de rega seja equilibrado relativamente à precipitação média anual em Lisboa.
- **Concluir progressivamente os corredores verdes atualmente pendentes** – o Corredor Periférico (Parque do Vale do Forno), o Corredor Ribeirinho Oriental (Parque Ribeirinho da Matinha/Papa Francisco), o Corredor Verde Oriental (parques da Bela Vista e Vale de Santo António) e o Corredor de Alcântara – estabelecendo também novas ligações entre parques urbanos (por exemplo, entre a Praça de Espanha e o Jardim Gulbenkian), potenciando a conectividade ecológica da infraestrutura verde.
- Elaborar uma **nova Estratégia para a Biodiversidade de Lisboa 2035**, e respetivo Plano de Ação Local, sendo reativada a monitorização do anterior plano – aprovado em 2015 e ignorado nos últimos anos – com relatórios anuais e a disponibilização de painéis de informação online com os indicadores relevantes, posicionando Lisboa enquanto cidade capital europeia junto das principais redes e iniciativas globais relacionadas com a biodiversidade urbana.
- **Aumentar a rede de monitorização ambiental**, com mais estações e sensores de qualidade do ar (inclusive sensores de baixo custo em escolas e *hotspots*

de tráfego), e novos tipos de sensores para a recolha de outras variáveis ambientais. Neste contexto, estudar-se-á a identificação, quantificação e avaliação económica dos Serviços dos Ecossistemas de Lisboa, bem como dos fluxos de energia, água e materiais do Metabolismo Urbano da cidade de Lisboa.

- Desenvolver um **Plano Municipal de Proteção Costeira e Ribeirinha**, em conjunto com as entidades competentes, para começar a responder à subida do nível do mar – inclui monitorizar a erosão nas zonas ribeirinhas baixas (ex.: Parque das Nações) e prever barreiras ou drenagens adicionais.
- Elaborar uma **Estratégia para a Sustentabilidade do Rio Tejo e respetivo Estuário**, em articulação com os municípios localizados na Região Hidrográfica do Tejo, bem como um Plano de Ação, ao abrigo do qual se monitorize a qualidade da água e fiscalizem os poluentes do Tejo. No quadro dessa Estratégia, defendemos um terminal de cruzeiros 100% eletrificado, de forma a reduzir os impactos desta atividade sobre o ambiente. O objetivo de médio prazo é definir zonas do rio seguras para banhos e instalar plataformas apropriadas para mergulhos, bem como o desenvolvimento de novas atividades económicas associadas à salvaguarda do Estuário do Tejo, como o ecoturismo ou a observação de aves e fauna aquática.
- Implementar **redes dedicadas de aproveitamento de água reutilizada** proveniente de ETAR (estações de tratamento de águas residuais) e recuperar antigas nascentes e aquedutos em parceria com a EPAL, canalizando essa água para limpezas e regas urbanas.
- Aprovar normas de eficiência hídrica nos edifícios – por exemplo, exigindo sistemas de reaproveitamento de águas cinzentas em novas construções.
- **Combater o ruído urbano:** implementar o mapeamento estratégico de ruído e as medidas do Plano de Redução de Ruído (redução do tráfego e da velocidade, promoção de veículos elétricos, isolamento acústico em escolas e hospitais expostos).
- **Renaturalizar espaços urbanos:** promover o cultivo de pequenos bosques urbanos em terrenos baldios, a recuperação de linhas de água canalizadas (como troços do Rio Seco ou da ribeira de Carnide) transformando-as em elementos paisagísticos, e a agricultura urbana ecológica – alcançando pelo menos 50

hortas comunitárias ativas na cidade, com apoio técnico municipal, até 2029.

- Lançar um programa de **“telhados verdes”** e jardins verticais, começando pelos edifícios municipais (escolas, mercados) e incentivando privados, mapeando o potencial da cidade.
- **Proteger a biodiversidade local:** estabelecer micro-reservas ecológicas em certos parques para preservar flora autóctone e criar corredores para fauna; e nos jardins, diversificar as espécies plantadas favorecendo polinizadores e resistência a secas, além de implementar prados biodiversos nos parques (áreas relvadas de sequeiro com flora autóctone) e controlar ativamente as espécies invasoras nas matas e jardins.
- **Reforçada a educação ambiental:** centros de interpretação nos principais parques (Monsanto, Parque do Tejo) com atividades para escolas; um Programa de Divulgação, Sensibilidade e Formação sobre a Biodiversidade em Lisboa; campanhas para redução do uso de plásticos descartáveis e promoção da reciclagem (conforme já detalhado em Higiene Urbana); e eventos como a Semana do Clima Lisboa com envolvimento de artistas, cientistas e cidadãos.

5.ª Missão: VIVER LISBOA, Cidade do Conhecimento e da Criatividade

Lisboa deve assumir-se como uma cidade que aprende, que cria e que pensa o seu futuro com base no conhecimento. Num tempo em que os desafios se tornam mais complexos e crescem os negacionismos e os extremismos, a valorização da educação, da ciência e da cultura é essencial para formar cidadãos críticos, participativos e conscientes.

Acreditamos que a educação é o motor de um futuro mais justo, sustentável e inovador. Colocamos a aprendizagem ao longo da vida no centro das políticas municipais, promovendo escolas de qualidade, igualdade no acesso e a valorização dos profissionais da educação, articulando sempre o conhecimento com as necessidades concretas da cidade.

A cultura é um pilar fundamental da identidade, da coesão social e da projeção internacional de uma capital europeia. A cultura é uma força transformadora que gera participação cívica, inclusão e desenvolvimento económico. Por isso, uma política cultural ambiciosa deve garantir acesso universal à criação e fruição cultural, apoiar de forma estrutural os profissionais e espaços independentes, proteger e dinamizar o património e afirmar a cultura como bem comum.

Com esta visão, queremos promover um ecossistema local que valorize o talento, incentive a cooperação entre escolas, instituições de ensino superior, centros de investigação, espaços culturais, associações e empresas, e que crie oportunidades de emprego qualificado, sobretudo para os mais jovens. Lisboa deve ser uma cidade que aprende, partilha e cuida — uma comunidade informada, democrática e cosmopolita, onde conhecimento e cultura são motores de desenvolvimento e de coesão social.

Eixo 1: Lisboa, Cidade da Aprendizagem

A educação é o primeiro alicerce de uma cidade justa, sustentável e inovadora. É na escola pública que se joga a igualdade de oportunidades, o combate às desigualdades sociais e a preparação para um futuro em permanente transformação.

Em Lisboa, queremos uma rede educativa acessível a todas as famílias, inclusiva e de qualidade, desde a creche até ao ensino superior. Apostamos na valorização dos profissionais da educação, na modernização dos espaços escolares, na universalidade do acesso a refeições, materiais e atividades, e na promoção de comunidades educativas abertas e participativas.

Ao mesmo tempo, defendemos uma escola que integra ciência, cultura e cidadania, que valoriza a diversidade e que se articula com a comunidade local, as famílias e as instituições da cidade. Acreditamos numa aprendizagem ao longo da vida, onde cada criança, jovem, adulto ou sénior encontra oportunidades para crescer, aprender e contribuir para a sua cidade.

1. Rede educativa acessível e inclusiva

Uma Lisboa justa começa pela educação desde a infância. Universalizar creches e jardins de infância, rever a Carta Educativa, criar parques inclusivos e garantir espaços de estudo acessíveis são passos para apoiar as famílias e dar oportunidades iguais a todas as crianças e jovens. Por isso, propomos:

- **Rever a Carta Educativa de Lisboa.** Verificar as necessidades de aumento de rede de forma a responder a todas as crianças. Atualizar as áreas de influência das escolas, favorecendo a diversidade social. Verificar a necessidade de escolas novas ou rever a dimensão adequada dos estabelecimentos. O objetivo é garantir maior equidade no acesso e melhor utilização dos recursos, combatendo tanto a sobrelotação como o subaproveitamento.
- Tornar universal o acesso a creches no concelho. Aumento da rede municipal de creches com acesso gratuito. Esta rede será distribuída pelas freguesias de acordo com as carências identificadas.
- **Aumentar as salas de Jardim de Infância na rede pública.**
- **Criar mais espaços lúdicos e inclusivos.** Construir parques infantis e juvenis em várias freguesias, dotando-os de equipamentos diversificados (desde jogos tradicionais a arborismo), adaptados a crianças com deficiência ou neurodivergência, e garantindo gestão de proximidade pelas juntas de freguesia.
- **Disponibilizar locais de estudo acessíveis 24h.** Reforçar a rede de bibliotecas e

espaços de estudo, em articulação com instituições de ensino superior e a Rede BLX, priorizando zonas da cidade com maior défice de oferta e assegurando apoio a estudantes deslocados.

2. Parque escolar moderno e sustentável

As escolas de Lisboa precisam de ser espaços seguros, modernos e verdes. Reabilitar edifícios, modernizar bibliotecas e promover práticas ambientais são passos decisivos para garantir melhores condições de aprendizagem e um futuro sustentável às novas gerações. Propomos:

- **Relançar a reabilitação e manutenção regular das escolas.** Implementar um programa robusto de reabilitação do edificado escolar, com critérios transparentes para priorizar intervenções, designadamente em face da respetiva resiliência sísmica. Garantir manutenção periódica de refeitórios, espaços exteriores e ginásios, criando condições mais seguras, confortáveis e inclusivas. É necessário recuperar a oportunidade perdida no presente mandato da recuperação de escolas do 2.º e 3.º ciclo e reabilitar mais Escolas Básicas e Jardins de Infância, prosseguindo com a agregação de valências entre o pré-escolar e o 1.º ciclo, aumentando as vagas existentes.
- **Modernizar as bibliotecas escolares.** Transformar as bibliotecas em centros digitais e energéticos eficientes, com equipamentos multimédia atualizados e recursos digitais modernos, tornando-as ambientes atrativos de leitura, estudo e literacia digital.
- **Tornar as escolas mais verdes.** Criar o **Prémio Escola Verde** para distinguir práticas ambientais e reforçar o programa de hortas escolares em todas as escolas, com técnico municipal responsável pela sua continuidade. Instituir a figura do **Green Teacher**, dinamizador de atividades de agroecologia, biodiversidade e sustentabilidade.

3. Valorização dos profissionais e equipas educativas

Uma escola forte precisa de equipas fortes. Reforçar os recursos humanos, criar gabinetes de apoio rápido e investir na formação contínua são medidas para apoiar alunos, professores

e direções e garantir respostas eficazes a cada desafio. Para isso, propomos:

- **Reforçar as equipas escolares.** Aumentar o número de assistentes operacionais, psicólogos, terapeutas e assistentes sociais, bem como técnicos administrativos qualificados (jurídicos, gestão e contabilidade), assegurando meios humanos adequados para responder às necessidades específicas de cada escola.
- **Criar Gabinetes de Apoio Rápido.** Disponibilizar estruturas municipais móveis e transversais, com capacidade de intervenção imediata em situações críticas (jurídicas, administrativas, logísticas), que funcionem também como consultoria às direções de agrupamento.
- **Lançar um Programa Municipal de Formação Contínua.** Complementar a formação providenciada pela administração central, valorizando o mérito, reforçando competências e estimulando a inovação pedagógica e administrativa.

4. Inclusão e combate ao insucesso

Educação inclusiva é dar resposta a todos os alunos, sem exceção. Garantir acessibilidade plena e apoiar economicamente as famílias são medidas essenciais para combater desigualdades e prevenir o abandono escolar. Propomos:

- **Garantir escolas plenamente acessíveis.** Reforçar as unidades de apoio à multideficiência e eliminar barreiras arquitetónicas, assegurando condições adequadas para alunos com necessidades educativas complexas.
- **Criar programas de tutoria e mentoria.** Envolver docentes aposentados, estudantes universitários e técnicos especializados no apoio a alunos em risco de insucesso ou abandono escolar, através de sinalização precoce e acompanhamento contínuo.
- **Desenvolver o Programa Jovens NEET.** Promover percursos de formação e integração profissional para jovens que não estudam nem trabalham, em articulação com associações, instituições de ensino superior e instituições de solidariedade.
- **Garantir apoios universais.** Conceder bolsas de estudo desde o pré-escolar ao ensino superior para famílias em situação de carência económica; distribuir kits de material escolar e fichas gratuitas; e assegurar a **gratuidade universal**

das refeições escolares, incluindo pequeno-almoço e lanche, com produtos saudáveis, locais e adequados às diferentes culturas.

- **Reforçar a integração de alunos migrantes.** Aumentar o número de mediadores culturais e técnicos de Português Língua Não Materna, sobretudo em escolas com maior diversidade cultural, promovendo uma aprendizagem eficaz e uma integração plena.

5. Escola aberta e enriquecimento educativo

As escolas de Lisboa devem ser muito mais do que salas de aula. Alargar as AEC e ATL, criar polos artísticos e abrir as escolas à comunidade, são passos para fazer da educação um motor de cultura, bem-estar e cidadania. Para isso, propomos:

- **Alargar o acesso às AEC e ATL.** Diversificar e ampliar as Atividades de Enriquecimento Curricular e os ATL, assegurando a sua universalidade desde o pré-escolar, incluindo programas durante as férias (**Verão 360º**) que integrem ciência, cultura e desporto.
- **Criar polos de ensino artístico especializado.** Desenvolver polos de música, artes performativas e visuais nas escolas públicas, em articulação com instituições culturais, acompanhados de um programa de bolsas para garantir acesso universal.
- **Transformar escolas em espaços comunitários vivos.** Implementar o programa **Escolas Vivas**, abrindo as escolas fora do horário letivo para acolher cantinas comunitárias, hortas urbanas, micro-negócios locais, assembleias de cidadãos e atividades culturais.
- **Promover saúde mental e bem-estar.** Implementar um programa municipal de saúde mental e combate ao *bullying*, com reforço de psicólogos escolares e ações de sensibilização.

Eixo 2: Lisboa, Cidade do Conhecimento

Fazer da ciência um pilar de Lisboa é mais do que apoiar investigadores: é transformar a forma como a cidade aprende, decide e se projeta no mundo. Queremos uma autarquia que mobiliza investimento estável para a investigação, aproxima a ciência da vida quotidiana e abre as portas das escolas, instituições de ensino superior e

outros centros de saber à comunidade. Da literacia científica às bolsas de estudo, das residências acessíveis às cátedras municipais, Lisboa pode ser um laboratório vivo onde o conhecimento gera inovação, inclusão e futuro.

1. Ciência na Cidade

Lisboa tem de ser também uma cidade da ciência e do conhecimento. Criar estruturas permanentes, investir em investigação, promover a literacia científica e liderar redes internacionais são passos para colocar a ciência ao serviço das pessoas e do futuro da cidade. Para isso, propomos:

- **Criar a Divisão de Ciência e Transferência de Conhecimento.** Estabelecer uma estrutura municipal permanente dedicada à ciência, composta por cientistas, comunicadores de ciência e gestores de inovação. Esta Divisão terá como missão apoiar a investigação local, promover a literacia científica, facilitar a aplicação prática do conhecimento e preparar a cidade para os desafios tecnológicos emergentes, incluindo a inteligência artificial, sempre com segurança e ética.
- **Mobilizar fontes de financiamento (municipal, mecenato científico e outras) equivalentes a 1% do orçamento municipal.** Garantir que a Região de Lisboa aloca de forma estável pelo menos 1% do seu orçamento anual à ciência e inovação, reduzindo a dependência exclusiva de fundos nacionais e europeus. Estudar a criação de um **Fundo Metropolitano de Ciência e Tecnologia**, com financiamento municipal e privado, que assegure continuidade, previsibilidade e escala aos projetos de investigação.
- **Expandir as competências do Centro de Gestão e Inteligência Urbana de Lisboa,** enquanto gabinete especializado em utilizar microdados e aplicar conhecimento científico às políticas públicas municipais, apoiando as análises de mobilidade, urbanismo e outras, promovendo o uso responsável de inteligência artificial. O centro passará também a formar técnicos da Câmara em ética, segurança e inovação digital, terá relatórios públicos e guias de boas práticas para garantir transparência e confiança dos cidadãos.
- **Constituir o Conselho Municipal de Ciência.** Reunir representantes de instituições de ensino superior, centros de investigação, empresas tecnológicas e especialistas independentes num órgão consultivo que acompanhe e avalie as estratégias

científicas e de inovação municipais. O Conselho terá relatórios públicos e contribuirá para alinhar prioridades, antecipar desafios e reforçar a governação democrática da ciência.

- **Liderar a Rede de Cidades do Conhecimento.** Propor, a nível europeu, a criação da Rede de Cidades do Conhecimento e Inovação, à semelhança do que já existe para Cultura e Ambiente. Lisboa será promotora deste projeto, articulando-se com capitais europeias e instituições como a Comissão Europeia, o Erasmus+ e o *European Research Council*.
- **Lançar uma Campanha Municipal de Divulgação Científica.** Criar os prémios anuais **Ciência LX**, dar visibilidade a investigadores e projetos de Lisboa através de outdoors, redes sociais, exposições itinerantes e parcerias com os media, aproximando a população da ciência feita na cidade.
- **Fortalecer as parcerias com as instituições de ensino superior** no desenvolvimento de investigação sobre os temas de interesse para o desenho de políticas locais.

2. Ciência para Todas e Todos: Educação Científica em Qualquer Idade

A ciência deve estar próxima de todos, desde a escola até à comunidade. Expandir o ensino experimental, criar estágios para jovens, promover ciência cidadã e apoiar projetos escolhidos pelos lisboetas são formas de democratizar o conhecimento e ligar a investigação à vida da cidade. Propomos:

- **Contribuir para a generalização e reforço do ensino experimental de ciências nas escolas.** Expandir programas como o *Lab in a Box*, disponibilizando kits experimentais e formação certificada a professores do 1.º ao 3.º ciclo, bem como laboratórios itinerantes para chegar a zonas periféricas. Democratizar o acesso ao ensino prático das ciências desde cedo e reduzir desigualdades entre escolas.
- **Criar estágios científicos para jovens.** Desenvolver um programa de bolsas que permita a estudantes do secundário, profissional e superior realizarem estágios em centros de investigação e instituições de ensino superior. Esta aproximação despertará vocações científicas e criará ligações sólidas entre escolas e laboratórios.
- **Promover programas de ciência cidadã.** Envolver cidadãos, especialmente seniores, em projetos científicos de impacto local, como monitorização ambiental, biodiversidade ou mobilidade. Valorizar o saber comunitário, promover

envelhecimento ativo e gerar dados úteis para políticas públicas.

- **Apoiar projetos científicos escolhidos pela comunidade.** Criar mecanismos participativos para que cidadãos possam propor e votar projetos de investigação com impacto local, com apoio técnico e parcerias com centros de investigação. Reforçar a transparência, a participação democrática e a relevância social da ciência.

3. Uma Lisboa que Atrai Talento e Valoriza o Saber

Lisboa deve ser uma cidade que apoia os seus estudantes e atrai investigadores, para ligar o conhecimento às necessidades da cidade e reforçar o seu futuro científico. Para isso, propomos:

- **Conceder bolsas municipais para estudantes carenciados que frequentem ou pretendam frequentar o ensino superior.**
- **Criar residências estudantis acessíveis,** por exemplo convertendo imóveis municipais devolutos em alojamentos para estudantes, em parceria com instituições de ensino superior e IPSS, com prioridade a bolseiros. Esta medida combate o abandono por razões económicas e torna Lisboa mais competitiva para acolher estudantes e investigadores.
- **Lançar o Programa Lisboa Sabática.** Atrair investigadores em regime temporário, oferecendo apoio logístico e administrativo para colaborações científicas de médio prazo, reforçando redes de investigação internacionais.
- **Criar “Cátedras Municipais” (City Chairs).** Estabelecer parcerias com instituições de ensino superior para que estas lancem projetos de investigação em áreas estratégicas para a cidade — como mobilidade sustentável, envelhecimento, direitos sociais, habitação ou transição digital. Estas “cátedras” ligarão diretamente ciência, inovação e políticas públicas.

Eixo 3: Lisboa, Cidade da Cultura

Lisboa é uma cidade com uma identidade cultural rica e diversa, feita de história, património, criatividade contemporânea e comunidades plurais. A cultura é um bem comum e um direito de todas e todos, devendo ser entendida como motor de coesão social, desenvolvimento sustentável, cidadania e projeção internacional. Uma política

cultural municipal ambiciosa deve ser capaz de apoiar os criadores, valorizar os profissionais, garantir o acesso universal à fruição e à participação cultural, proteger e dinamizar o património, descentralizar as oportunidades, e promover Lisboa como cidade criativa, cosmopolita e democrática.

1. Cultura, Democracia e Direitos Culturais

Reforçar o investimento público, abrir espaço à participação plural e garantir acessibilidade plena são condições para que a cultura passe a ser central. Queremos uma cidade onde a criação é diversa, inclusiva e sustentável — e onde cada lisboeta encontra lugar para ser público, autor e protagonista. Por isso, propomos:

- **Reforçar a dotação orçamental municipal para a Cultura**, assegurando recursos adequados para combater a suborçamentação histórica do setor. Isto permitirá melhores condições de funcionamento da Direção Municipal de Cultura e da EGEAC (Lisboa Cultura), reforço dos apoios financeiros, maior celeridade nos processos de atribuição de apoios e intensificação das ações de preservação do património cultural.
- Criar condições para o **alargamento do universo de cidadãos envolvidos na produção e criação cultural**, promovendo e valorizando uma produção plural, diversa e descentralizada dos bens culturais.
- **Retomar a criação do Conselho Municipal de Cultura**, como espaço de participação plural e democrática, reunindo representantes do setor cultural, da sociedade civil, das freguesias e especialistas, com a missão de acompanhar, avaliar e propor estratégias para a política cultural da cidade.
- **Instituir Conselhos Consultivos nos principais equipamentos culturais**, garantindo participação comunitária nas decisões e programação dos museus, teatros, bibliotecas e cinemas, estimulando cocuradoria e criação colaborativa.
- **Elaborar a Carta Municipal da Cultura**, um documento estratégico que levante o estado atual da cultura em Lisboa e proponha novas linhas de atuação, em articulação com os agentes culturais e as comunidades.
- **Afirmar Lisboa como cidade intercultural e inclusiva**, reforçando a programação comunitária, apoiando projetos de minorias (migrantes, afrodescendentes, comunidade cigana, LGBTQIA+) e criando mecanismos de combate ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação.

- **Garantir acessibilidade plena à cultura**, através de um plano de acessibilidade física, sensorial, económica e digital a todos os equipamentos, acompanhado de formação das equipas técnicas em inclusão e diversidade.
- **Integrar cultura e sustentabilidade**, expandindo programas como *Arte pela Sustentabilidade*, promovendo práticas artísticas ecológicas, criação de festivais sustentáveis e banco de apoio técnico em regime de economia circular.
- **Promover o Lisbon Art District**, como grande oficina de artes plásticas equipada com todos os instrumentos necessários para todas as dimensões de projeto e residência para ligar os nossos artistas ao mundo.

2. Reconhecimento dos Profissionais da Cultura

A cultura só cumpre o seu papel quando chega a todos. Lisboa precisa de apoiar as estruturas independentes, criar lugares de cultura em cada bairro, transformar edifícios devolutos em casas da criação e reforçar o cinema e o audiovisual. Uma rede viva e descentralizada fará da cidade um palco aberto, onde a diversidade artística floresce e encontra novos públicos. Para isso, propomos:

- **Criar um programa de apoio plurianual** às estruturas artísticas independentes, procurando atingir progressivamente o valor de 1% do orçamento municipal dedicado a apoios à criação.
- **Estabelecer uma Rede Municipal de Circulação Artística**, permitindo que produções visuais e performativas circulem por diferentes equipamentos, bairros e freguesias, alargando públicos e prolongando o ciclo de vida das obras.
- **Transformar o programa “Um Teatro em Cada Bairro” em “Lugares de Cultura”**, espaços flexíveis e plurais dedicados a múltiplas linguagens artísticas, co-programados com comunidades locais e capazes de aproximar a cultura das populações.
- **Criar Casas da Criação e o Pólo/Bairro das Artes de Lisboa**, reutilizando edifícios devolutos para apoiar artistas e coletivos, disponibilizar recursos técnicos e revitalizar zonas da cidade com novos polos culturais.
- **Desenvolver residências artísticas** nas diversas artes.
- **Garantir equipas culturais multidisciplinares em equipamentos de proximidade**,

assegurando qualidade técnica e profissionalização do setor, comunicação adaptada a cada território e reforço da relação de proximidade com os públicos.

- **Reforçar a política de apoio ao cinema e ao audiovisual**, com uma nova sede para a Casa do Cinema, maior apoio financeiro a festivais e produções, e simplificação dos processos de filmagem.
- **Envidar todos os esforços no sentido de devolver o Cinema King à cidade**, como sala de cinema e polo cultural em articulação com o Teatro Maria Matos e integrada na Rede de Centros Cívicos e Culturais.
- **Criar a Plataforma Lisboa Cultura**, um portal digital que centralize informação sobre oportunidades de emprego, candidaturas a apoios, legislação, formação e redes de colaboração para profissionais da cultura.

3. Formação e Criação de Públicos

A cultura só é plena quando chega a todos. Lisboa precisa de programas que abram portas a escolas, seniores e comunidades, promovam pensamento crítico e assegurem igualdade no acesso. Com sessões dedicadas e políticas baseadas em dados, faremos da cultura um direito efetivo e não um privilégio. Propomos:

- **Implementar a Rede Educativa e Social para a Cultura**, integrando escolas, IPSS, associações de migrantes e instituições sociais num programa que assegure acesso regular a espetáculos, museus e oficinas, com transporte garantido.
- **Lançar o programa “Cultura Cheia”**, aproveitando períodos de menor afluência em equipamentos culturais para programar sessões específicas para públicos escolares, seniores e associativos.
- **Criar o programa “Crítica Viva”**, de literacia cultural, mediática e informacional, em escolas, bibliotecas e centros comunitários, envolvendo artistas e professores no desenvolvimento de pensamento crítico e competências interpretativas.
- **Realizar estudos regulares de públicos nos equipamentos culturais**, para compreender quem participa, quem está excluído e adaptar políticas culturais com base em dados concretos e inclusivos.

4. Espaços de Memória, Conhecimento e Leitura

Lisboa deve cuidar da sua memória e celebrar a palavra escrita. Concluir o novo Arquivo Municipal, criar bibliotecas de referência e espaços dedicados às literaturas lusófonas são passos para valorizar o conhecimento, abrir novas portas ao estudo e afirmar a cidade como capital cultural de língua e diálogo. Para isso, propomos:

- **Concluir o novo Arquivo Municipal de Lisboa**, integrando arquivos históricos, fotográficos, videográficos e digitais, com melhores condições de preservação e acessibilidade pública, com espaço para a divulgação e debate sobre o seu acervo.
- **Criar a Biblioteca Eduardo Lourenço**, grande biblioteca pública com dimensão internacional, aberta 24 horas, espaço de estudo, encontro, fruição e programação cultural.
- **Criar o Gabinete Brasileiro de Leitura e a Casa das Escritas Africanas**, integrados na rede municipal, promovendo o diálogo intercultural e a valorização das literaturas lusófonas.
- **Concluir a Biblioteca de Benfica e o Espaço Atlântida**, reforçando a rede de bibliotecas da cidade.

5. Património Artístico e Cultural

Os símbolos da cidade devem ser espaços vivos de cultura e cidadania. A Praça do Comércio, a arte pública e as rotas das histórias invisíveis têm de ser valorizadas para que Lisboa seja uma cidade que cuida da sua memória e a partilha com todos. Propomos:

- **Lançar um debate público sobre o futuro da Praça do Comércio**, garantindo que este espaço patrimonial de enorme relevância seja transformado em polo cultural e de cidadania, e não em exclusivo espaço comercial ou administrativo.
- **Dinamizar programas de arte pública e urbana**, reforçando o PISAL (azulejo), a Galeria de Arte Urbana e criando um programa de escultura pública, com novas encomendas e ações de conservação.
- **Criar o programa “Rotas das Lisboas Desconhecidas”**, integrando percursos temáticos dedicados às histórias invisibilizadas da cidade, num museu narrativo vivo e participado.

6.ª Missão: Uma economia para VIVER LISBOA

Lisboa está no momento certo para dar um novo passo no seu percurso económico. Depois de anos de transformação, sabemos hoje que o crescimento só tem valor se for acompanhado de coesão social, sustentabilidade e uma visão de futuro. A capital acumulou experiência, talento e atratividade — agora é tempo de alinhar essas capacidades com uma economia que cuida das pessoas, valoriza o território e reforça o bem-estar coletivo.

A economia da cidade deve ser motor de desenvolvimento inclusivo, distribuindo o crescimento por todos os bairros e comunidades. Para isso, propomos uma estratégia com três eixos: um turismo regulado, equilibrado e descentralizado; a valorização do comércio local, essencial para a identidade e vitalidade urbana; e o investimento em setores inovadores, sustentáveis e de valor acrescentado, que criem emprego digno e permitam o aumento dos salários.

Lisboa tem os recursos e a criatividade para responder a desafios como a pressão turística, a crise da habitação ou a fragilidade dos pequenos negócios. É tempo de afirmar uma economia diversificada e com futuro, que valorize micro e pequenas empresas, cooperativas, *start-ups* e economia social, mas que também atraia conhecimento, inovação e centros de decisão.

Uma cidade com futuro económico é aquela que promove emprego de qualidade, distribui oportunidades de forma justa e coloca a inovação ao serviço do bem comum. Lisboa pode ser pioneira em construir uma economia mais humana, sustentável e resiliente. O futuro começa agora — e Lisboa tem tudo para o liderar.

Eixo 1: um turismo regulado, equilibrado e descentralizado

Lisboa é uma cidade profundamente condicionada pelo turismo. Este setor de atividade, embora relevante para a vitalidade económica e cultural, exige hoje uma reflexão crítica sobre os seus efeitos e limitações. É necessário evitar que Lisboa se transforme num produto exclusivamente orientado para o consumo externo, esvaziando-se do quotidiano das suas próprias comunidades. Queremos um modelo que distribua melhor os fluxos, valorize novas centralidades, apoie o comércio de bairro e incentive formas de turismo com maior valor acrescentado e com menor impacto no tecido residencial e no poder de compra dos lisboetas.

1. Gestão equilibrada do turismo

Lisboa deve continuar a ser uma cidade aberta ao mundo, mas sem perder o equilíbrio da vida local. Um turismo sustentável, com rotas alternativas, mobilidade limpa e critérios de responsabilidade social e ambiental, é essencial para proteger os bairros, apoiar a economia e garantir qualidade de vida a quem cá vive. Por isso, propomos:

- Manter a atratividade internacional de Lisboa, elevando o seu perfil turístico, para um posicionamento que privilegie a qualidade sobre a quantidade, mais sustentável, inclusivo e inovador.
- Desconcentrar a pressão turística sobre os bairros históricos, promovendo rotas alternativas, diversificando a oferta e apoiando iniciativas da economia social e cultural.
- Lançar um estudo sobre a capacidade de carga turística da cidade e das suas zonas, como base para orientar políticas de licenciamento de unidades turísticas e de reconversão de uso turístico noutros usos.
- Condicionar o apoio municipal ao turismo a critérios de emprego digno, neutralidade climática, inclusão social e envolvimento comunitário, criando uma certificação pública de turismo responsável.
- Criar um Plano de Mobilidade Turística Sustentável, intervindo na circulação de autocarros turísticos e ocasionais, restringindo itinerários e horários em zonas sensíveis e promovendo a eletrificação progressiva dessas frotas.
- Incentivar deslocações a pé e em transportes públicos, com percursos sinalizados, acessíveis e seguros.

2. Reorientação dos benefícios do turismo

O turismo deve retribuir à cidade o que dela recebe. Por isso, propomos:

- Redirecionar uma percentagem da taxa turística para áreas como higiene urbana, habitação pública, transportes públicos, comércio local e iniciativas da economia social, com relatórios anuais públicos sobre a sua execução.
- Criar uma certificação municipal de turismo responsável, que valorize o bem comum, as relações justas e as práticas sustentáveis.

Eixo 2: valorização do comércio local, fator de identidade e vitalidade urbana

Lisboa é feita de portas abertas, balcões de conversa e ruas vivas. O comércio local, histórico e emergente, é parte essencial da identidade da cidade: garante proximidade, gera emprego e cria laços de vizinhança. Mas enfrenta hoje pressões fortes que ameaçam a sua sobrevivência. Valorizar o comércio de bairro não é apenas preservar memórias: é investir no futuro de uma cidade habitável, mais viva e segura, inclusiva e com identidade. Propomos:

1. Valorizar e modernizar o comércio local

O comércio de bairro é parte da identidade e da vitalidade de Lisboa. Por isso, propomos:

- Criar o programa municipal **“Lojas com Impacto”**, para reconhecer e apoiar negócios com forte enraizamento local e impacto social, cultural ou ambiental, complementando o programa “Lojas com História”.
- Implementar um **Plano de Valorização do Comércio de Proximidade**, com apoio à modernização, digitalização e eficiência energética.
- Fortalecer as redes comunitárias para fomentar economias de bairro com a **criação de um programa de microcrédito e mentoria destinado a apoiar a criação de pequenos negócios nos bairros municipais**.
- Promover uma plataforma digital para dar visibilidade aos pequenos negócios e facilitar vendas online, reservas e entregas.
- Integrar os comerciantes locais nas estratégias de turismo responsável e de economia de bairro.
- Reforçar o comércio de proximidade como motor da vida comunitária, modernizando mercados municipais com a estratégia **Mercados 2030** (bancas para produção local, programas educativos e serviços com o sector da economia social e solidário), apoiando financeiramente e tecnicamente, criando bairros comerciais digitais com formação em inovação e sustentabilidade para comerciantes.
- **Criar a Moeda Local OLI**: Implementar em toda a cidade um programa de “moeda local complementar” (a moeda OLI), construído sobre a experiência-piloto já

desenvolvida em algumas freguesias. Esta moeda local, em formato digital (com app e carteira virtual) mas também com opção de cartão físico, servirá para estimular as compras no comércio local e a economia de bairro e recompensar boas práticas cívicas – por exemplo, reciclagem, voluntariado ou participação em eventos culturais.

2. Vida noturna equilibrada e responsável

A “noite” faz parte da identidade de Lisboa, mas precisa de regras claras e equilíbrio. Com uma Carta da Vida Noturna, mais fiscalização, espaços adequados e diálogo permanente entre moradores e agentes económicos, queremos garantir que a cidade vive intensamente sem perder qualidade de vida. Para isso, propomos:

- Criar a **Carta da Vida Noturna de Lisboa**, estabelecendo compromissos entre autarquia, freguesias, operadores económicos e moradores sobre ruído, higiene, segurança e acessibilidade.
- Reforçar a **fiscalização dos espaços noturnos**, equilibrando direitos de residentes e agentes económicos, com especial atenção ao ruído e ao consumo de álcool na via pública.
- Mapear a atividade económica noturna para melhor planeamento e reorganizar o espaço urbano, criando zonas adequadas para diversão noturna, com soluções como contentores de lixo subterrâneos.
- Criar uma **estrutura permanente de acompanhamento** da vida noturna, com representantes da CML e dos setores envolvidos, bem como um canal de comunicação permanente entre todos os *stakeholders* da noite (**Provedor da Noite**).
- Apoiar a insonorização dos espaços noturnos e criar mecanismos de diálogo e cooperação, inspirados em boas práticas internacionais.
- Aderir à rede **Cities After Dark**, da qual fazem parte várias cidades da Europa e à Rede URBACT, onde estão cidades como Génova, Málaga, Piraeus e Budva, que promovem **estratégias urbanas integradas** para tornar a noite mais segura, inclusiva e economicamente viável.

Eixo 3: Investimento em setores inovadores e sustentáveis

Lisboa precisa de uma nova ambição económica: ser uma cidade inovadora, verde e solidária, capaz de mobilizar talento e recursos para o bem-estar coletivo e um futuro sustentável. A inovação não é um slogan nem surge de costas voltadas para os centros de saber, como as universidades e os politécnicos, os laboratórios e os centros científicos: é um resultado direto da investigação e — deve servir para resolver desafios concretos, da habitação acessível à neutralidade carbónica, da produção alimentar local à economia circular.

Segundo o *Innovation Cities Index*, Lisboa está apenas em 60.º lugar das cidades mais inovadoras, só atingindo o 68.º do *Global Innovation Hubs Index*, sistematicamente atrás de muitas capitais europeias, como Madrid, Dublin ou Roma. É necessário desenhar uma estratégia integrada, pensada com toda a Área Metropolitana, incluindo incentivos à fixação de negócios com criação real de postos de trabalho, incentivos para empresas existentes, após avaliação cuidadosa e em colaboração com parceiros independentes (ex.: instituições de ensino superior ou agências estatais) e melhor aproveitamento dos instrumentos existentes, quer nacionais quer europeus, de promoção da investigação e da inovação.

1. Lisboa cidade de inovação e empreendedorismo

Lisboa tem de se afirmar como uma capital da inovação e como motor da nova economia que o país quer e de que precisa. Uma economia virada para as novas gerações de lisboetas e portugueses, sem deixar ninguém para trás.

Lisboa tem de investir nas acessibilidades: em infraestruturas de mobilidade que tornem a cidade fluida e ao mesmo tempo vivível, da mobilidade suave, aos grandes *hubs* de transportes viários, ferroviários, fluviais, aeroportuários e ao estacionamento. Sem fluidez de movimento não há nova economia.

Para liderar a dupla transição energética e digital, Lisboa tem de investir em utilidades: em redes de alta capacidade de transmissão elétrica e de fibra ótica, habilitando o desenvolvimento da nova economia do conhecimento, das tecnológicas, passando pela atração dos centros de competências, e de Investigação & Desenvolvimento das principais indústrias nacionais e europeias, até ao apoio às *start-ups* endógenas. O Município de Lisboa tem de usar o poder da contratação pública e lançar missões

transformadoras, que farão da cidade um verdadeiro laboratório vivo, onde tecnologia e ciência servem a transição ecológica, a mobilidade e a qualidade de vida. Para isso, propomos:

- Afirmar Lisboa como cidade líder na inovação tecnológica, com investimento em infraestruturas elétricas verdes e digitais, para atrair atividades económicas descarbonizadas e intensivas em tecnologia e capital, apreciadoras das qualificações e dos salários
- Investir em soluções inteligentes e dados para inovação aberta com as nossas instituições de ensino superior e empresas.
- Reforçar o ecossistema de incubação e aceleração municipal, em colaboração próxima com os centros de saber, complementando os seus recursos e lançando desafios específicos para as *start-ups* em domínios estratégicos para a cidade.
- Concretizar o potencial da contratação pública municipal (atualmente > 150M/ano) para o desenvolvimento de empresas inovadoras, alocando parte do orçamento de compras a procedimentos de Compras Públicas de Inovação.
- **Avaliar os custos e impacto da *Unicorn Factory*.** Por um imperativo de transparência, é essencial compreender se os recursos públicos significativos que lhe foram alocados impactaram positivamente e em que medida. Voltar à sua designação original de **Hub Criativo do Beato**.
- Lisboa como **laboratório vivo**: fomentar projetos-piloto de inovação urbana em mobilidade, energia, habitação e inclusão social, em parceria com as instituições de ensino superior e as empresas.
- Lançar o programa ***Moonshots Lisboa***, alinhando ciência, tecnologia e sociedade em torno de missões transformadoras, como a neutralidade carbónica, a Cidade Esponja (garantir que a água da chuva é retida, infiltrada ou reutilizada localmente, mitigando cheias e secas), a Visão Zero (zero mortes na estrada), a recuperação de devolutos públicos, o programa 100% Energia Renovável (a cidade a consumir só energias renováveis) e um programa Lisboa Transportes 30 (conseguir deslocar-se de qualquer ponto da cidade para outro em menos de 30 minutos).

2. Economia verde, circular e do mar

O futuro económico de Lisboa passa pela sustentabilidade. Com planos estratégicos para a economia circular e azul, espaços de reutilização e inovação comunitária e novos polos ligados ao mar, a cidade pode liderar a transição ecológica e criar emprego qualificado. Por isso, propomos:

- Criar um **plano estratégico para a economia circular, verde e azul**, posicionando Lisboa como referência europeia.
- Dinamizar clusters de inovação marinha e estuarina, verde e circular, com estímulo à atração e à concentração de empresas, competências e recursos, em articulação com entidades estabelecidas (ex. IPMA, AIR Center).
- Lançar o **Espaço Circular+**, um armazém municipal de reutilização e reparação de materiais, com oficinas em parceria com escolas profissionais e empresas.
- Criar a **Oficina 3R - Reutilizar, Reparar, Re-imaginar**, centro comunitário para valorização de resíduos (madeiras, mobílias, eletrodomésticos).
- Criação de um **plano estratégico municipal para a economia do mar**, em articulação com instituições de ensino superior, empresas e municípios vizinhos. Este plano permitirá explorar áreas como a inovação tecnológica ligada ao mar, o potencial da produção de baterias de sódio para armazenamento de energia e o desenvolvimento de novos setores de emprego qualificado. A estratégia será o primeiro passo para definir se Lisboa deve avançar para a criação de um futuro Centro de Investigação do Mar (CI/Mar), posicionando-se como referência europeia na transição energética e marítima.

3. Democracia Económica e Economia Solidária

Lisboa deve ser também uma cidade que apoia quem cria valor coletivo. Programas de apoio a cooperativas, hortas comunitárias, redes de microempreendedores e um polo dedicado à democracia económica vão fortalecer a economia social, promover solidariedade e gerar novas oportunidades de trabalho digno. Para isso, propomos:

- Criar programas de apoio técnico a cooperativas, associações e mutualidades e de capacitação de novas gerações para a economia social.

- Fomentar **redes de microempreendedores e cooperativismo local**, com programas de apoio.
- Identificar soluções para responder às dificuldades persistentes de acesso ao financiamento por parte de projetos da economia social e solidária, designadamente através de projetos-piloto de *crowdlending*.
- Atribuir terrenos municipais sem uso imediato a particulares e a **cooperativas agrícolas**, para hortas urbanas agroecológicas e projetos comunitários de produção alimentar
- Criar a **Casa da Democracia Económica**, um polo público de incubação e formação dedicado à economia cooperativa, em parceria com a Associação para a Inovação e Empreendedorismo de Lisboa, oferecendo apoio técnico, jurídico e financeiro a projetos coletivos em áreas como habitação, cuidados, cultura e mobilidade, capacitando pessoas e trabalhadores independentes para criar cooperativas e mobilizando fundos europeus.

7.ª Missão: VIVER LISBOA com Futuro Digital, mais proximidade e melhor governação

A transição digital é uma oportunidade para transformar Lisboa numa cidade mais eficiente, acessível e participativa. Mais do que adotar novas tecnologias, importa colocar a inovação ao serviço das pessoas, das entidades do terceiro setor e das empresas. Uma cidade digital inteligente deve responder às necessidades quotidianas dos seus cidadãos, tornando os serviços públicos mais rápidos, próximos e transparentes, ao mesmo tempo que cria novas formas de envolvimento democrático. Deve eliminar barreiras, reduzir desigualdades e criar novas oportunidades de desenvolvimento.

Lisboa deve assumir-se como cidade em rede, conectada e colaborativa, capaz de articular dados abertos, inteligência urbana e participação cidadã para tomar melhores decisões coletivas. A aposta numa cidade digital significa também reforçar a sustentabilidade e a eficiência, integrando tecnologias verdes, mobilidade inteligente e gestão otimizada de recursos.

Importa ainda aproximar a democracia do quotidiano dos lisboetas, através de novas plataformas de participação e consulta pública, que reforcem a confiança dos cidadãos nas instituições. A transformação digital de Lisboa será inclusiva, transparente e participativa: uma ferramenta para fortalecer a cidadania, criar novas formas de solidariedade urbana e projetar a capital portuguesa como referência europeia em inovação social e tecnológica.

Eixo 1: Transição digital democrática e inclusão digital

A cidade digital só cumpre o seu propósito se for acessível a todos. Lisboa deve liderar na promoção da literacia digital, combatendo a exclusão tecnológica que afasta idosos, famílias de baixos rendimentos ou pessoas com deficiência dos serviços públicos e da vida cívica. Para isso, propomos:

1. Estratégia Digital

Lisboa precisa de autonomia tecnológica. Com uma estratégia assente em software livre, dados abertos e infraestruturas públicas, a cidade reduzirá dependências externas e reforçará a transparência e os direitos digitais dos cidadãos. Para isso, propomos:

- Desenvolver uma nova Estratégia Municipal para a Autonomia Digital, baseada em software livre, dados abertos, interoperabilidade e controlo democrático das tecnologias, que deve promover infraestruturas digitais públicas, combater a dependência das grandes plataformas e fomentar serviços digitais geridos localmente, reforçando a transparência, a autonomia tecnológica e os direitos digitais dos cidadãos.
- Criar a Carta de Autonomia Digital de Lisboa, um instrumento de política que permitirá reduzir dependências de fornecedores externos, reforçar a segurança e transparência e promover um ecossistema tecnológico aberto, colaborativo e reutilizável.

2. Literacia e inclusão digital

Ninguém pode ficar para trás na transição digital. Programas de formação, hubs comunitários e acesso à internet vão garantir inclusão digital em todas as idades e bairros de Lisboa. Propomos:

- Desenvolver o **Programa Agentes Ciberjúnior** de formação lúdica em cibersegurança e instituir o **Programa Jovens Embaixadores Digitais**, de formação de jovens para dinamizar em ações de cidadania digital, segurança online e combate à desinformação.
- Assegurar formação digital para todas as idades e apoio à inclusão digital.
- Criar *Hubs* Comunitários de Inclusão Digital com Wi-Fi gratuito e formação digital em bairros prioritários de intervenção social.
- Disponibilizar Free WiFi4EU, garantindo internet gratuita em parques, bibliotecas, museus e mercados, promovendo inclusão digital e acesso universal à informação.

3. Inteligência artificial

A inteligência artificial deve servir o bem comum. O *Civic AI Lab* Lisboa e ferramentas abertas para enfrentar riscos climáticos colocarão a inovação tecnológica ao serviço da cidade, com ética, participação e impacto social positivo. Propomos:

- Apoiar a criação do *Civic AI Lab Lisboa* – Laboratório cívico de Inteligência Artificial – em parceria com instituições de ensino superior, para o desenvolvimento de projetos e iniciativas de sistemas de IA aplicados a diferentes áreas de intervenção das políticas municipais, implementação de programas de formação e capacitação em IA nos serviços municipais, e avaliação do impacto ético, económico e social de sistemas de IA em políticas públicas.
- Disponibilizar o *Toolkit* IA para Resiliência Climática, uma ferramenta acessível a toda a população, desenvolvida de modo colaborativo com associações, urbanistas, cientistas climáticos, cidadãos, para mapear riscos climáticos, criar cenários de resposta para, nomeadamente, planear sombra, mitigação de ondas de calor, intervenção comunitária e de apoio aos mais vulneráveis, ação em caso de eventos climáticos extremos.

Eixo 2: Garantir atendimento municipal para todos, e serviços digitais acessíveis

Uma Lisboa digital deve ser sinónimo de serviços públicos rápidos, transparentes e fáceis de utilizar. Para tal propomos:

- Promover a simplificação administrativa com uso de IA e reforçar a transparência nos procedimentos municipais, introduzindo tempos máximos de referência.
- **Integrar todas as aplicações, plataformas digitais e serviços prestados pelo município numa única interface** e construir uma nova forma de relacionamento entre o cidadão e município.
- **Adotar formulários inteligentes e pré-preenchidos adaptados ao tipo de pedido com integração automática dos dados existentes na conta do utilizador** (nome, morada e NIF).
- Apostar na digitalização inteligente, garantindo plataformas digitais fáceis de usar e acessíveis a todos, mas sempre acompanhadas de alternativas presenciais e de apoio personalizado.
- Garantir um atendimento presencial de excelência, que assegure que ninguém fique excluído do acesso aos serviços municipais;

- Diversificar os canais de atendimento, nomeadamente com atendimentos por videochamada sem necessidade de deslocação;
- Implementar uma política de gestão ética e segura dos dados municipais.

Eixo 3: Uma nova Governação para a Cidade, retomando uma política de contas certas

Lisboa precisa de uma governação assente na transparência, na responsabilidade e na disciplina financeira. Retomar uma política de contas certas significa gerir com rigor os recursos públicos, garantir equilíbrio orçamental e investir de forma sustentável, assegurando que cada euro serve o interesse coletivo. Uma cidade bem governada é aquela que presta contas, promove eficiência e coloca a justiça social e a qualidade dos serviços públicos no centro das suas prioridades. Para isso, propomos:

- Garantir que a câmara retoma uma **gestão financeira responsável**, assegurando o equilíbrio orçamental e o cumprimento das regras de disciplina orçamental previstas na lei.
- Promover um estudo económico-financeiro independente às finanças do município, designadamente ao nível de compromissos que se encontram já assumidos que comprometam exercícios seguintes.
- Promover uma **gestão eficiente do património municipal**, com inventário atualizado de imóveis, terrenos e equipamentos, assegurando a sua utilização em benefício público.
- Reforçar os mecanismos de **avaliação de impacto económico, social e ambiental** de cada grande investimento municipal, garantindo sustentabilidade e retorno para a comunidade.
- Instituir uma política de incentivo à criatividade no Município de Lisboa.
- Valorizar os **trabalhadores municipais**, investindo na sua formação e qualificações, de forma a melhorar a eficiência e qualidade dos serviços prestados.
- **Proteger os trabalhadores**, em face do agravamento das ondas de calor, adotando um Plano de Proteção Laboral para os funcionários de higiene urbana, da EMEL e de outros que trabalhem ao ar livre.

- Promover o Plano Municipal de Contratação Pública Social e Sustentável, que visa alinhar as compras públicas com objetivos sociais e ambientais claros, tornando cada euro investido pelo município um catalisador de impacto positivo;
- Transformar o modelo de Boletim Municipal, seguindo as melhores práticas, e para que passe a ser simples e fácil conhecer as deliberações dos órgãos municipais.

Eixo 4: Transparência e integridade públicas

A confiança dos cidadãos na sua cidade constrói-se com instituições transparentes, responsáveis e exemplares. Lisboa precisa de uma governação que preste contas em tempo real, que assegure regras claras na contratação pública e que adote os mais elevados padrões de integridade, e não uma transparência meramente panfletária. A transparência e a ética não são apenas princípios, mas condições essenciais para uma democracia robusta e para uma gestão municipal que coloca sempre o interesse público acima de qualquer outro. Por isso a coligação Viver Lisboa compromete-se a:

- Lançar um programa de **formação em integridade e anticorrupção** para trabalhadores e responsáveis municipais.
- Implementar um **Sistema de Integridade Municipal**, com políticas de prevenção de conflitos de interesse, rotação de funções críticas e registo público de interesses dos eleitos e dirigentes.
- **Criar um programa de simplificação administrativa para reduzir os tempos de resposta para os processos mais procurados pelos cidadãos e agentes económicos**, bem como indicadores de transparência relativamente ao tempo de tramitação.
- Realizar **auditorias externas periódicas** e publicar relatórios de avaliação de conformidade e desempenho da gestão municipal.
- Estabelecer um **Índice Municipal de Transparência e Integridade**, atualizado anualmente e comparável com boas práticas internacionais, permitindo benchmarking com realidades semelhantes.

Eixo 5: Relação da câmara com freguesias e com a Área Metropolitana

Lisboa só pode ser uma cidade bem governada se trabalhar em verdadeira parceria com as suas freguesias e integrada na Área Metropolitana. As freguesias são a primeira porta de entrada do cidadão na administração local e devem dispor de meios adequados para responder com proximidade e eficácia. Ao mesmo tempo, Lisboa deve reassumir o que perdeu papel de motor metropolitano, promovendo soluções conjuntas em áreas como transportes, habitação, ambiente e proteção civil. Uma relação de cooperação leal, transparente e articulada entre Câmara, freguesias e Área Metropolitana é condição essencial para uma cidade mais justa, coesa e preparada para os desafios do futuro. Por isso é essencial:

- Alargar a delegação de competências nas freguesias em áreas de proximidade, com financiamento adequado.
- **Promover equipas técnicas conjuntas** Câmara-Freguesias para projetos integrados de urbanismo, mobilidade e ação social.
- Desenvolver “**contratos de inovação cívica**” em que freguesias lançam desafios a *start-ups*, instituições de ensino superior e coletivos locais para resolver problemas concretos (mobilidade de bairro, resíduos, energia).
- Integrar as freguesias numa nova geração de orçamentos participativos.
- Retomar uma ação concertada no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa para habitação acessível, mobilidade sustentável, proteção civil e gestão ambiental, garantindo que Lisboa contribui e lidera soluções conjuntas.
- Instituir uma Conferência Metropolitana anual da Região de Lisboa, envolvendo municípios, governo, instituições de ensino superior e sociedade civil, para definir prioridades comuns e compromissos de cooperação.
- Integrar os serviços municipais de Lisboa em **estruturas metropolitanas de dados abertos**, permitindo interoperabilidade em transportes, habitação e ambiente.

Eixo 6: Relações Internacionais

Lisboa é uma capital europeia e global, aberta ao mundo e com responsabilidades que vão além do seu território. A cidade deve reforçar a sua presença em redes internacionais de cidades, afirmar-se como polo de cooperação cultural, científica e económica, e projetar a sua identidade no espaço europeu e lusófono. As relações internacionais da cidade não são apenas diplomacia simbólica, mas instrumentos concretos para atrair investimento, promover turismo sustentável, trocar boas práticas e defender valores de democracia, sustentabilidade e inclusão. Uma Lisboa internacionalizada é também uma Lisboa mais preparada para responder aos desafios globais do futuro. Por isso é essencial:

- Reforçar a participação de Lisboa em redes internacionais de cidades (Eurocities, C40, União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, ONU Cidades, etc.), assumindo papéis de liderança em áreas como clima, mobilidade e inclusão social.
- Estabelecer parcerias estratégicas com cidades europeias e globais em domínios como inovação digital, habitação acessível, cultura urbana e adaptação climática, replicando boas práticas em Lisboa.
- Desenvolver um programa de diplomacia cultural que promova Lisboa como cidade criativa, integrando a rede UNESCO de Cidades Criativas e apoiando a internacionalização de artistas e instituições culturais locais.
- Atrair para Lisboa conferências internacionais, feiras científicas e eventos académicos, reforçando a projeção da cidade como centro de conhecimento, inovação e ciência.
- Promover acordos internacionais de mobilidade jovem, permitindo a estudantes e empreendedores lisboetas participar em intercâmbios com outras cidades europeias e receber jovens estrangeiros em Lisboa.
- Reforçar a presença de Lisboa em estruturas da União Europeia e candidatar a cidade a novos fundos comunitários e programas europeus (ex.: Horizonte Europa, Erasmus+, *Life*).

**VIVER
LISBOA**

